



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1078/15	DATA: 02/07/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de São Paulo - SP	INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 18h19min	PÁGINAS: 73

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁGINO ALVES BARBOSA - Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
LOURIVAL GOMES - Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.
ROBERTO MEDINA - Coordenador de Unidades Prisionais da Região Oeste — CROESTE.
LINCOLN GAKLYA - Integrante do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado — GAECO.
JOÃO RINALDO MACHADO - Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo — SIFUSPESP.
DANIEL GRANDOLFO - Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDASP.
GILSON PIMENTEL BARRETO - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista — SINDCOP.
WILLIAM NUNES DE ARAÚJO - Secretário-Geral do Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDESPE.

SUMÁRIO

Discussão sobre assuntos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Senhoras e senhores, primeiramente, boa tarde. É uma honra, como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários desta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, receber essa CPI em nossa Casa.

Eu gostaria de convidar os Srs. Deputados para que façam parte desta Mesa: primeiramente, o Deputado Federal Alberto Fraga, Presidente da CPI (*palmas*); o Deputado Federal Rocha, 2º Vice-Presidente (*palmas*); e o Deputado Federal Major Olímpio. (*Palmas.*) O Deputado Coronel Telhada teve que sair porque tinha um compromisso na Polícia Militar. O Deputado Estadual Rodrigo Moraes, nosso colega, está aqui prestigiando a CPI, tão importante para o nosso Estado e para o Brasil.

Gostaria que também viesse fazer parte desta Mesa o Sr. Lourival Gomes, meu amigo, Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (*palmas*); o Sr. Máximo Alves Barbosa, meu ex-chefe, Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado de São Paulo. É uma honra tê-lo aqui. (*Palmas.*) Convido também para fazer parte da Mesa o Sr. Roberto Medina, Coordenador de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado (*palmas*), e o Dr. Lincoln Gaklya, integrante do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado — GAECO. (*Palmas.*)

Quero também agradecer a presença dos senhores da Câmara dos Deputados, dos coordenadores de unidades prisionais, que aqui se encontram, dos diretores de presídios, dos senhores delegados de polícia, que aqui compareceram, dos representantes de sindicatos, e dos profissionais da imprensa.

Senhoras e senhores, eu passo agora a presidência desta Mesa ao Deputado Alberto Fraga, Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado.

Quero, primeiro, agradecer a todos a acolhida e a oportunidade de estar aqui.

Declaro aberta a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos assuntos relacionados ao objeto da investigação da CPI, com a exposição dos senhores, que serão chamados em seguida. Antes eu gostaria de dizer a cada um dos senhores



que nós temos andado por este País, visitando os vários estabelecimentos prisionais. E todos nós sabemos da precariedade do sistema. Essa CPI não tem o objetivo de transformar um assunto tão delicado no País em política. Isso tem que ser uma coisa suprapartidária. Eu acho que não há um Estado brasileiro que possa se orgulhar do seu sistema prisional. Não há um. Eu brincava ainda há pouco com o Secretário Lourival e dizia que todo estabelecimento calça 40 — os problemas são os mesmos, as dificuldades são as mesmas, e, evidentemente, notamos algumas diferenças.

Deputado Olim, nós vimos do Maranhão. Eu até brinco, dizia ainda há pouco, que, se nós levássemos os jovens brasileiros, a nossa juventude, para fazer uma visita lá e dissesse a eles *“Olha, se vocês errarem na vida, vai acontecer isto aqui”*, acho que muitos pensariam duas vezes antes de cometer um delito. São condições subumanas que temos acompanhado.

Então, vindos do Maranhão, do presídio de Pedrinhas, chegamos aqui. Eu fui ao CDP I, II, III e IV — Centros de Detenção Provisória, cujas instalações físicas, em relação ao Estado do Maranhão, são de Primeiro Mundo. É evidente que têm suas deficiências. Nós entendemos os problemas, e queremos avançar no sentido de dar um pouco mais de responsabilidade ao Governo Federal. Hoje, o Governo Federal tem um sistema prisional, no meu entender, que deve servir de modelo. Mas também, com o dinheiro que há lá, com quatro presídios, com no máximo 600 presos para cuidar, qual é a dificuldade? Não há.

E nos deparamos aqui com assuntos, como, por exemplo, quase 2 mil presos estrangeiros. Por que o estrangeiro não pode ficar num presídio federal? Já diminuiria um pouco a superlotação. Por que os condenados por crimes de tráfico de entorpecente, contrabando de armas, que são crimes federais, não cumprem a pena nos presídios federais? É uma forma de se fazer alguma coisa, porque, do jeito que está... Assustou-me muito um dado que eu ouvi do nosso Secretário, talvez ele repita aqui: são 9 mil presos, por mês, que entram no sistema. Não existe sistema que suporte, não é verdade? E a porta de saída é bem menor.

Bem, senhores, eu vou passar a palavra ao Sr. Mágino Alves Barbosa, que é Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado de São Paulo.



Eu não sei, Deputado Major Olimpio, Deputado Rocha, se poderíamos estipular o tempo aqui de 15 minutos. Seriam suficientes? *(Pausa.)*

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Estejam à vontade. Estamos aqui para ficar juntos, hoje, o tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Temos um, dois, três, quatro, cinco, seis inscritos, até agora. Havia mais. O Sr. Percival de Souza está aqui? *(Pausa)* A Sra. Fátima de Souza, repórter do Núcleo Investigativo da *Record*, também não está? *(Pausa.)* Então, são esses.

Eu vou passar a palavra, por 15 minutos, evidentemente podendo ser prorrogáveis, ao Sr. Máximo Alves Barbosa.

O SR. MÁXIMO ALVES BARBOSA - Boa tarde a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Exmo. Deputado Federal Alberto Fraga, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; o Deputado Federal Rocha, 2º Vice-Presidente da CPI; o Deputado Federal por São Paulo Major Olímpio, membro da CPI; os Deputados Estaduais aqui presentes, o Deputado Delegado Olim e o Deputado Rodrigo Moraes, ambos da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários desta augusta Assembleia Legislativa; o Dr. Lourival Gomes, Secretário de Estado da Administração Penitenciária; o Dr. Lincoln Gaklya, meu colega de Ministério Público, integrante do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado — GAECO, e autoridade, no âmbito do Ministério Público, no sistema penitenciário; e o Sr. Roberto Medina, Coordenador de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo.

Eu quero cumprimentar também os servidores da Câmara dos Deputados que assessoram os Exmos. Srs. Parlamentares Federais, os coordenadores de unidades prisionais, os diretores de presídios, os senhores delegados de polícia que me acompanham nesta audiência, os representantes de sindicatos de servidores, os profissionais de imprensa, as senhoras e os senhores.

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo vive um momento muito diferente do que viveu durante décadas no Estado. Durante décadas, as nossas cadeias comportavam um número elevadíssimo de presos. Esse número foi caindo gradativamente, graças à absorção por parte da Secretaria da Administração



Penitenciária do gigantesco número de presos que tínhamos nas nossas carceragens.

Para que os senhores tenham uma ideia, nos idos de 1994, a Secretaria da Administração Penitenciária contava com 3.842 presos; a Secretaria da Segurança Pública, 23.179 presos — era um número relativamente parecido —, de um total de 55 mil presos no Estado de São Paulo naquela época. Em 2000 e 2001, esse número de presos do nosso sistema saltou para 92 mil e 98 mil, respectivamente. Só na Secretaria da Segurança Pública, nós tínhamos 32 mil presos em 31 de dezembro de 2000. A realidade que nós conhecíamos é que esses presos se amontoavam nos nossos distritos e nas nossas cadeias públicas.

A Secretaria da Administração Penitenciária foi logrando, cada vez mais, se desenvolver e se desincumbir com maestria nessa tarefa tão relevante que é a de administrar o sistema prisional de um Estado como o de São Paulo. E, à mercê dessa atuação muito positiva — em quase todo esse tempo o Secretário Lourival esteve à frente da Pasta —, hoje, a Secretaria da Segurança Pública tem em torno de 3.300 presos custodiados em suas cadeias públicas, sendo que aproximadamente 800 presos estão ali por conta de decretação de prisão civil. Ou seja, hoje, o cenário é completamente diferente no âmbito da Secretaria da Segurança Pública quanto à administração da nossa carceragem. A nossa carceragem, hoje, é administrável. Com o avanço do sistema da administração penitenciária, a tendência é que esse número, que já é totalmente diferente daquele existente há décadas, caia ainda mais.

Hoje mesmo o Governador de São Paulo citava, num evento em Campinas... O Governador de São Paulo, Deputado Alberto Fraga, tem uma característica, ele tem um controle absoluto sobre qualquer assunto. Ele sabe qual é a nossa população carcerária. Ao mesmo tempo em que ele sabe quais são os índices pluviométricos, como está a situação nas nossas represas, ele sabe o número exato de presos que nós temos no sistema carcerário. E hoje ele falava que acredita que, em curto espaço de tempo, esse total de 3 mil e poucos presos será reduzido para um número bem menor. Em curto espaço de tempo esse número de 3 mil e poucos presos será reduzido a um número bem menor. O fato é que o Estado de São Paulo enxuga gelo.



As nossas polícias prendem muito em São Paulo. Este ano — eu percebi que o Deputado Alberto Fraga se impressionou com o número — nós já realizamos, no Estado de São Paulo, 73.203 prisões. Esse número é até maio, não considerando as prisões que ocorreram no mês de junho. Esse número vem crescendo. Em 2001, já era um número elevado: 45.346 presos. O mês de maio, por exemplo, tem uma média de 12 a 13, 15 mil presos por ano.

Ou seja, a população carcerária que temos hoje, de 225 mil presos — é quase isso mesmo: nós temos 224.925 presos; estão faltando 75 presos para se chegar 225 mil presos — é quase um terço, ou mais de um terço, da população carcerária do País.

Nesse ritmo de prisões que são realizadas pelas nossas polícias, fica realmente muito difícil administrar todo esse sistema. De sorte que, no âmbito, por exemplo, da nossa Secretaria, da Secretaria da Segurança Pública, um dos graves problemas que nós temos é administrar essa prisão civil, a prisão do devedor de pensão alimentícia, que não pode ser inserido no sistema carcerário comum. Então, ele fica sob a custódia do nosso sistema na Secretaria da Segurança Pública, mas isso nos causa um trabalho extraordinário. Dos 3 mil, 800 são presos nessas condições.

Aqui em São Paulo nós tivemos, mercê de uma ação conjunta das Secretarias de Estado da Segurança e da Administração Penitenciária, de uma iniciativa do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Defensoria Pública, do Ministério Público, a implantação das audiências de custódia. As audiências de custódia são um trabalho a mais para todas as instituições envolvidas, não resta a menor dúvida. É um trabalho a mais para a administração penitenciária; é um trabalho a mais para a segurança pública, para o Judiciário, para a Defensoria, para o Ministério Público.

Essa audiência de custódia é um projeto piloto no Brasil. Ele começou em uma experiência no Estado do Maranhão, mas fica difícil, em uma proporção tão menor de presos, ver se ela será um sucesso ou não. Aqui em São Paulo ela efetivamente vem demonstrando que é um sucesso. Evita-se, Srs. Deputados, que aquele preso que poderia permanecer 12, 15, 18, 20 dias, às vezes dois meses até, para obter sua liberdade provisória, ele já tem um contato de plano, em 24 horas,



com o juiz da custódia. Ali o seu pedido é apreciado e ele é colocado em liberdade, ou mantido preso, já com a sua imediata inclusão no sistema da SAP.

Esse é um sistema que vem dando resultados positivos. Começou de forma gradativa, mas vem dando resultados positivos. Espero que essa audiência de custódia, que tem dado certo, como eu disse, aqui no Estado de São Paulo, seja um exemplo para o resto do País; que ela frutifique e venha a fazer com que aquele cidadão que cometeu determinada infração... Na minha experiência como Promotor eu vi isto acontecer várias vezes: um descuido, ou um pedido mal formulado, ou uma certidão que não veio para os autos imediatamente faz com que um camarada permaneça preso por um tempo maior do que ele deveria realmente ficar. Então, é um sistema que tem dado certo.

A segunda sugestão que a Segurança Pública faz é no sentido de que o Congresso Nacional estude uma alternativa para a prisão civil: o estabelecimento de uma pena alternativa, prestação de serviço à comunidade, ou uma restritiva de direitos que implique não na reclusão, na detenção do devedor. Eu acho que essa é uma das soluções mais adequadas, porque sabemos que a prisão hoje é uma agressão para o devedor, que às vezes não quer aquela situação, que acontece porque ele está passando por uma situação difícil. O desemprego hoje é enorme no País. A crise econômica avança em todos os sentidos, e esse inadimplemento da prestação alimentícia tende a se agravar. Então, talvez fosse uma boa sugestão o estabelecimento de penas alternativas para aquele que descumpra a sua obrigação alimentar.

Na verdade, eu acho que quem pode trazer uma contribuição maior mesmo para os nossos debates é o Secretário Lourival, que tem hoje sob sua responsabilidade 222 mil presos. Da nossa parte, na Secretaria da Segurança Pública, felizmente — eu digo “felizmente” porque temos uma polícia eficiente — a nossa missão é alimentar o sistema tão bem administrado pelo Lourival. O Lourival sabe muito bem que nós não temos como aliviar essa taxa de administração — não é, Lourival?

Então, eu acredito, Srs. Deputados, que a contribuição que a Secretaria da Segurança Pública pode dar é essa de historiar qual foi a situação e a que patamar ela chegou, o avanço que ocorreu aqui no Estado de São Paulo na retirada desses



presos dos nossos distritos, que hoje ganharam... Hoje, quando a gente visita os distritos da capital, a gente se espanta: onde eram as celas houve reformas, os pátios se transformaram em jardins, salas para o atendimento às pessoas, bibliotecas. Alguns distritos viraram espaços comunitários até. As pessoas, às vezes, sentam para ler um livro onde antigamente havia uma situação de agonia pelo número de presos existentes.

Eu me coloco à disposição de V.Exas. e de quem mais desejar fazer alguma indagação e agradeço a oportunidade de poder explicar um pouco a respeito da posição da Secretaria da Segurança Pública no nosso sistema prisional.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Secretário. Nós é que agradecemos.

Ainda bem que vocês elegeram o Delegado Olim, porque, senão, do jeito que esse homem prendia gente, aí é que o sistema ia estar cheio mesmo. *(Risos.)*

Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

O SR. LOURIVAL GOMES - Caro Deputado Alberto Fraga, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário Brasileiro; Deputado Federal Rocha, 2º Vice-Presidente desta CPI; Major Olimpio, nosso protetor, nosso paladino do sistema prisional; Delegado Olim, nosso amigo — ainda bem que ele está na Assembleia Legislativa de São Paulo agora, e não na Polícia, viu Deputado? Ele vai aliviar um pouco. O Delegado Olim é Presidente da Comissão de Segurança Pública; caros coordenadores aqui presentes — são sete coordenadores do Estado, Deputado, diretores — estou vendo aqui um da capital, representantes de sindicatos aqui presentes, que são muito importantes para que nosso trabalho seja melhor desenvolvido, senhoras e senhores, falar do sistema prisional de São Paulo é algo que levaria muito tempo, mas eu vou tentar resumir a situação que se vivencia hoje. Em 2011, nós recebemos 101.364 presos, o que daria uma média de 8.447 presos/mês, menos de 300 presos/dia. Em 2015, até 31 de maio, nós recebemos 46.924, passando a média mensal, que era de 8.440, para 9.380 presos que entram no sistema prisional, por mês, pela inclusão automática.



Nós tínhamos uma população carcerária, senhores, de 170.829 presos, em 1º de janeiro de 2011. Passados 4 anos e 6 meses, nossa população chegou a 224.965 presos. Essa é a população carcerária do Estado de São Paulo.

Se nós analisarmos esse período de 4 anos e 6 meses, nós verificamos um crescimento mensal de 990 pessoas por mês. Então, nós teríamos que construir 15 prisões por ano para atender à demanda de cada ano, o que dá uma média mensal de 33 presos a mais no sistema prisional por dia.

Nós trabalhamos sempre em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, que é o nosso fornecedor direto. Nós temos hoje na Secretaria de Administração Penitenciária 221.628 pessoas. Homens são 209.158; mulheres, 12.470, o que mostra que o número de mulheres encarceradas no sistema prisional de São Paulo é inferior a 6%.

Dentro do programa de atendimento a essas demandas, temos que construir prisões pelo Estado afora. Hoje, para homens, nós temos 142 unidades prisionais. São 40 centros de detenção provisória, 72 penitenciárias, 13 centros de progressão penitenciária, para cumprir a pena em regime semiaberto, 16 centros de ressocialização, e o único regime disciplinar diferenciado do País. Nós temos um centro de readaptação penitenciária em Presidente Bernardes. Para pessoas submetidas a medida de segurança ou que tenham distúrbio de comportamento, que necessitam de internação, nós temos três hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Nós estamos com 19 unidades prisionais em construção. Duas delas nós entregamos agora em agosto; em 2016, nós devemos entregar 13. Nós temos várias para as quais estão sendo feitas novas licitações e entregamos, neste período, 19 unidades prisionais.

Temos também o sistema de ampliação de vagas no regime semiaberto, implantado nas unidades penais já existentes, onde nós criamos 8.235 vagas. Então, nós ampliamos os presídios de regime semiaberto, temos os presídios fechados e construímos alas de progressão penitenciária para receber essas pessoas progredidas de regime.

O nosso efetivo, o nosso patrimônio maior, são 36.620 funcionários. Hoje, nós temos na Escola 295 AEVPs sendo preparados e 30 agentes de segurança



penitenciária. Nós realizamos outros concursos, nós vamos nomear 1.140 agentes de segurança penitenciária e 1.593 novos AEVPs.

Abriremos outros concursos para médicos, 252 médicos. Aproveitaremos desse concurso mais 1.034 agentes de segurança penitenciária e pretendemos contratar 265 oficiais administrativos, dentre outros. Nós temos um orçamento anual — isso foi para 2015 — de 4 bilhões, 434 milhões e 728 mil reais.

Nós estamos apresentando ao senhor, Presidente, a primeira estatística por crimes feita no sistema prisional de São Paulo. O senhor tem ouvido muito aí pelo País alguns falsos pesquisadores dizerem que a reincidência é de 70%, de 80%, que há mais latrocínio do que furto, que há mais roubo do que aquilo.

Eu devo dizer ao senhor que, até hoje, eu não vi nenhum instituto, nenhum pesquisador chegar às prisões e fazer um levantamento para aferir a reincidência. Não há, até hoje, um ser humano que possa dizer que a reincidência de São de Paulo é de xis por cento!

Mas nós podemos dizer para o senhor que há nas prisões — nós fizemos essa estatística no dia 18 de junho, quando nós tínhamos 221.636 presos, nós mapeamos toda essa população carcerária — por tráfico de drogas e condutas afins: 38,96%; por roubo: 34,97%; por furto: 8,49%; por homicídio: 7,03%; por crimes contra a dignidade sexual: 4,36%; por apropriação indébita, estelionato e receptação: 2,22%; por porte ilegal de armas: 1,39%; por outros delitos: apresentam índice menor de 1%, dentre os quais o latrocínio, com 856 presos, o que dá um índice de 0,39%.

Esse levantamento é sério e foi feito por coordenadores, por diretores e por funcionários do sistema prisional. Essa foi uma lição de casa que eu sempre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor vai disponibilizar para nós isso?

O SR. LOURIVAL GOMES - Eu vou disponibilizar todo esse material para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

O SR. LOURIVAL GOMES - Bom, mas seria interessante nós tocarmos num ponto que consideramos um ponto nevrálgico: o crime organizado.



Lamentavelmente, Sr. Deputado, quando as pessoas falam que o senhor é bom é quando há fugas, rebeliões. Ah, há fuga, porque o preso foge. Há rebelião, porque não fizeram acordo. Mas aqui, em São Paulo, não há fuga, aqui, em São Paulo, não há rebelião, graças aos 37 mil heróis que estão aqui sentados. E, quando eu falo isso, eu falo olho no olho, porque eu não tenho vergonha de dizer isto: que nós não fazemos acordo com o crime organizado aqui em São Paulo.

O que nós fazemos para combater o crime organizado, Sr. Deputado, além da dedicação de cada um dos servidores? Inteligência. Trabalhamos em parceria com os GAECOs, aqui representados pelo Dr. Lincoln, e devo dizer ao senhor que ele é o homem que mais entende de crime organizado em São Paulo. Eu sou aluno dele.

Então, nós temos uma parceria muito grande. Nós não temos caminhos burocráticos: *“Olhe, faça tal coisa. Por quê? Ah, mas tem que mandar ofício para o Presidente A, B ou C”*. É mais ou menos desta maneira: de madrugada, 1 hora da manhã, 2 horas da manhã, um dos órgãos de inteligência do Estado liga para o senhor e fala assim: *“Puxa, rapaz está tendo festa em Guarulhos”*. O Coordenador Hugo sabe do que eu vou dizer. Eu falei: *“Festa em Guarulhos? O que é?”* Eu não vou pensar que é festa na Prefeitura e tal, só pode ser em prisão. Está tendo festa. Guarulhos está em festa.

Qual delas? Nós temos quatro prisões lá, Deputado. O cara falou assim: *“Ah, eu não sei, rapaz. A informação é esta: festa em Guarulhos”* O que fazemos? Ligamos para a Polícia Militar, que também é uma colaboradora nossa em potencial, além da Polícia Civil, nas investigações. Ligamos para a PM e falamos: *“Olhe, coloque viaturas em volta dos CDPs nossos lá”*. Em qual deles? Em todos. Não temos a informação de qual é. Faz barulho lá, que estão em festa. Vamos saber que festa é essa. De manhãzinha, Sr. Deputado, de madrugada, o nosso GERRC, aquele grupo que o senhor viu lá em Pinheiros, nas prisões de Pinheiros, nas quatro prisões de Pinheiros, vai lá e faz uma revista. Qual era a festa? O túnel estava pronto. Era só levantar a tampa e ir embora. Então não há fuga não é graças só a Deus. É graças ao trabalho desses 37 mil heróis, que aqui estão representados por alguns deles.

Nós estamos instalando bloqueadores de celulares em 23 prisões. E muita gente fala: *“Por que não instalam em todas?”* É que ninguém sabe o custo. E o custo



disso não é o Governo que paga, não é o Estado que paga, somos nós, que somos contribuintes. Então nós temos que trabalhar com estratégia. Estamos colocando bloqueador de celular em 23 prisões por quê? Porque é para essas prisões que nós encaminhamos todos os líderes de crime organizado, todos os bandidos que há no Estado, e é para lá que nós dedicamos um maior monitoramento e uma maior inteligência por parte dos órgãos do Estado.

Automatização de portas e de celas o senhor vai conhecer amanhã em Presidente Venceslau. Sobre a automatização de portas e de celas, se o senhor for encomendar uma empresa especializada no ramo, a primeira coisa que ela faz é lhe cobrar milhões, e depois lhe entrega um produto que, no dia seguinte, está estragado. Quem está automatizando as portas das celas das nossas prisões? Os próprios funcionários. Nós damos o recurso, nós damos o material para comprar o motor, para comprar a ferragem, e eles fazem. E é a melhor do País, isso eu tenho orgulho de dizer.

O que nós temos, aqui em São Paulo, para combater o crime organizado? O RDD, e o Dr. Lincoln sabe que, para colocar preso no RDD, tem que provar, apurar por "a" mais "b", necessita de RDD. Não basta agredir um funcionário. Além da agressão, tem que haver um tumulto, para colocar um preso no RDD. É uma dificuldade enorme, tanto é que uma das propostas que vou fazer ao senhor envolve a modificação desse sistema de internação de preso em RDD.

O que nós fazemos todos os dias? Hoje, o senhor viu que, em uma das celas, tinha um líder lá. Ele não falava pela cela dele, ele falava pela prisão. Eu acho que, se nós voltarmos lá, ele já está chegando em Venceslau. Então todos os dias, todos os dias, os Diretores aqui fazem observações de quem é o líder negativo, quem é o cara que está sendo assediado pelos presos, qual é o cara que chega um jumbo melhorado. Abrimos o Fotocrim. Todo mundo conhece o Fotocrim, e está lá. O cara cuidava da boca da rua, então pode mandar para Presidente Venceslau, que é uma unidade prisional que temos, ou pode mandar para Avaré, que é uma unidade que nós temos especificamente para abrigar o crime organizado.

Fazemos revistas diárias nas prisões, à medida que é necessário. Falou que vai ter um túnel, já estão sendo revistas as prisões. Falou que vai ter um problema na prisão, todo mundo lá que se indispõe nas revistas também vai para o interior.



Nós temos uma prisão no Estado, que também é em Venceslau — nada contra o Deputado Major Olimpio, que é de lá —, e todo preso que pratica uma falta disciplinar de natureza grave, seja de São Vicente, que é litoral, seja lá perto de Aparecida, onde está a nossa Rainha Protetora, vai para Venceslau. Então, é lá que ele vai cumprir o período de privação, que é de 30 dias pela lei, que eu acho pouco, e depois ele será redistribuído para uma das unidades prisionais da região oeste.

As revistas diárias, como eu disse, bate grade, bate chão. E isso, graças a Deus, tem feito com que nós possamos frear o avanço do crime organizado dentro das prisões — eu atuo fora delas — e evitar fugas e motins.

Todos os que estão aqui, Sr. Presidente, sabem que se houver uma rebelião numa prisão e os presos quebrarem a prisão, eles não serão transferidos. Eles serão transferidos quando o Estado tiver recurso para reformar. E, como o Estado quase sempre não tem recurso, então, vai demorar um pouquinho para irem embora. Nós não negociamos, nesse Estado, rebelião em que houver depredação ou reféns, ou ambas as coisas.

Dentro desse contexto, se o senhor permitir, Presidente, nós temos que pensar também naqueles presos que praticam delitos de menor potencial ofensivo, como, por exemplo, ladrão de pé de galinha, o cara que é pego com duas bolinhas de maconha, o carinha que pegou para pagar e foi preso. Falo daquelas coisinhas simples que mostram que a pessoa não tem uma personalidade voltada para a delinquência. Então, o que temos que fazer? Nós temos que colocar na mão do Judiciário que há outras ferramentas que podem substituir a prisão. Qual é uma dessas ferramentas? A prestação de serviços à comunidade.

Aqui, apoio veementemente a ideia do nosso amigo Mágino. São mais de 800 homens e há algumas mulheres, acho que são três mulheres, que não pagaram a pensão alimentícia e estão lá na prisão. E vão pagar quando? Nunca. Então, eu acho, Sr. Presidente, que tem que haver uma legislação dizendo o seguinte: *“Marmanjo, você não pagou o alimento da mulher, você vai trabalhar lá na feira do João, ou na obra ‘x’, ou na obra ‘y’, na hora que você pegar o seu dinheirinho, você vai depositar tudo e você está livre. Então, quanto mais você trabalhar, quanto mais você produzir, mais você vai ganhar. E quanto mais você ganhar, logo, logo, você dispensa a sua pena.”*



Sr. Presidente, eu também faria a indicação de criação de incentivos fiscais ou tributários, para que as empresas de grande porte, que não estejam na Lava-Jato, mas em coisa séria, tenham condição de contratar presos do semiaberto, egressos ou pessoas em pena alternativa. Tem que ter uma lei federal, Sr. Presidente, talvez, que altere a Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, obrigando as empresas que trabalham para o Estado, desde que não tenha a questão de segurança, a contratar um efetivo de 5% de egressos ou de pessoas que estão no semiaberto. Numa empresa com 100 empregados que estão trabalhando, fazendo o rodoanel, o que custa ter 5 egressos? Nós estamos colocando 5% como um número, para que o senhor possa avaliar dentro do seu campo de apreciação.

Frente de trabalho. Frente de trabalho é um programa muito bonito, mas tem que ser incentivado em nível de País. Frente de trabalho é o preso do semiaberto, que fica 4 dias trabalhando e 1 dia fazendo curso, e, no final do mês, ele tem uma bolsa paga pelo Estado ou paga por uma cooperativa de empresas, de tal forma que ele vai sendo útil para a sociedade e vai se ressocializando aos poucos.

Presidente Venceslau, de novo. Ao pessoal que acha que eu tenho alguma coisa contra Venceslau, eu adoro Venceslau. Nós colocamos alguns presos para trabalhar lá. Em Presidente Venceslau, há uma de castigo e uma para colocar bandidos.

É lógico que a D. Maria ou a D. Joana não iam abrir a porta da janela. Mas, no segundo dia, já espiava; no terceiro dia, abriu um pouco mais; no quarto dia, abriu tudo; na semana seguinte, já estava atrapalhando o nosso trabalho. Começaram a dar bolo, limonada, suco para os presos, porque perceberam que os presos estavam sendo úteis para a comunidade, colocando lajota — no interior ainda existe muita lajota —, meio-fio, limpando a praça, limpando a rua, um monte de coisas. É uma proposta que eu submeto à apreciação do senhor.

Eu não vou fazer propostas para o Judiciário, nem para a Defensoria Pública. Nós conversamos sobre isso.

Eu acho que o Judiciário tinha que ter um prazo normal para julgamento dos expedientes de benefícios — 45 dias, 60 dias —, para o preso saber que, até aquele dia, o pedido dele — de liberdade, de progressão, de redução de pena ou seja qual



for — será apreciado. Isso, para nós, é tranquilizador, porque interfere diretamente na disciplina da prisão.

Eu falei para o senhor também de haver um defensor para 500 presos ou não sei quantos. Os números nós damos hipoteticamente. O importante é a ideia de que tenha alguém lá no presídio. Aconteceu um fato, vai lá e atende. Não basta se unir só para dar plantão, para nos criticar.

O que eu proponho ao senhor também é que se torne a videoconferência obrigatória nos casos em que o preso pratique delito de natureza grave. Colocar alguém dentro de um carro de preso, transportar, sair do presídio ao fórum, além da despesa que esse ato provoca, existe a questão da segurança, muito importante.

Há questão de 2 anos, 2 anos e meio, nós soltamos, Deputado Major Olimpio, um carro de Itapeverica da Serra com destino ao fórum de Taboão da Serra. Graças a Deus, alguém falou: *“Aborta a operação, aborta a missão!”* E, felizmente, o celular do motorista funcionou. Nesse fórum, estariam 18 delinquentes, seis com metralhadoras, seis com fuzis e seis com armas curtas — não sei se o Deputado Major Olimpio se lembra disso, do fórum de Taboão —, para resgatar esse cara.

Eu acho que não é preciso, neste País, morrer um juiz, um promotor, um frequentador de fórum para que se estabeleça a teleaudiência, que é uma ferramenta segura, moderna, ampla, confiável, como forma de proceder à oitiva do presidiário.

Sugiro também que um dispositivo na lei determine que parte dos materiais apreendidos em ações de polícia, como veículos, produtos eletrônicos e até armamentos — nós temos pessoal armado —, seja disponibilizada para a Secretaria da Administração Penitenciária. Hoje se disponibiliza, quando se disponibiliza, para a Secretaria de Segurança Pública.

Proponho que as legislações se tornem rígidas para aquele que pratica crime grave, rígidas para quem é do crime organizado, porém, que sejam brandas para aquele que pratica delito de menor potencial ofensivo, cuja prisão não seja necessária.

São essas, Sr. Presidente, nossas breves palavras e nossas propostas.

Fico à disposição para os questionamentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Secretário. Foi boa essa visita a São Paulo. Até conhecê-lo, eu tinha uma visão — como ainda tenho... Aqui pode ser uma exceção. Eu tenho dito que o maior problema do sistema prisional hoje é gestão.

Gostaria que todos tivessem o mesmo interesse e a dedicação do senhor nessa área. Hoje eu percebi, em alguns responsáveis por esse complexo, a dedicação. Mas, infelizmente, o sistema brasileiro está longe...

Nós visitamos presídio em que quem tranca os presos é um preso. Às 6 horas, ele bota todo o mundo para dentro. Grita: *“Vamos entrar”*. O pessoal entra, ele fecha a cela, depois, pega a chave, fecha a dele e fica com a chave.

Que me desculpem os governantes, mas isso também é culpa dos governantes. Isso é entregar-se e deixar a coisa correr frouxa.

Eu brincava... Porque eu disse que, quando eu estava cobrando atitude de um diretor, ele disse: *“Não, Deputado! Presídio que não tem problema é presídio que tem mulher, drogas e bebidas. Nesse não tem rebelião”*. O senhor nos dá outras receitas.

Eu acho que a revista tem que ser praticamente cotidiana dentro do sistema prisional.

Não quero me alongar. Eu quero agradecer demais. Vou precisar da sua ajuda, vou precisar das suas sugestões. Embora a CPI tenha o cunho de investigação, eu não acredito que o sistema prisional não vá resolver as denúncias que nós temos de muitas transferências pagas, problemas de merenda, de comida.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, o Dr. Roberto Medina, eu queria lhe fazer uma pergunta: o que o senhor acha, qual o seu sentimento com relação à terceirização do sistema prisional?

O SR. LOURIVAL GOMES - Eu tenho experiências de sistema de cogestão porque administrei uma prisão em Sobral, no Ceará, e outra em Fortaleza, também no Ceará. Nessas prisões se tinha um efetivo de agentes: se faltasse um hoje, já vinha outro amanhã, porque a capacidade de reposição é muito grande; se um motor quebrava, já se trocava. Mas eu via que o pessoal de lá, Sr. Presidente, não tinha a mesma qualidade, a mesma habilitação que tem o pessoal daqui. Eu



costumo dizer que o sistema prisional de São Paulo é o maior porque tem mais presos, mas é o melhor porque tem esse pessoal que trabalha conosco.

Por que nós pensamos em parceria público-privada aqui em São Paulo? Nós temos um grande problema que se chama Região Metropolitana de São Paulo. Por determinação do Sr. Governador, nós começamos a estudar como implantar — deve-se implantar ou pelo menos estudar — prisões em São Paulo pelo sistema de PPP. E por que nós escolhemos a Região Metropolitana de São Paulo? Nós escolhemos a Região Metropolitana de São Paulo porque a maior demanda de inclusão do Estado ocorre aqui. De 9.400 presos que nós recebemos no Estado de São Paulo, 40% — 39%, para ser mais exato — são de pessoas que foram presas na Região Metropolitana de São Paulo. E por que passar para o particular e não para o Estado? Se nós podemos administrar a prisão de segurança máxima de Presidente Venceslau, onde estão os maiores bandidos do País, por que nós não podemos administrar prisão de capital? Num primeiro momento isso até parece um contrassenso. É que, em razão dessa demanda, nós teríamos que gerar aqui, segundo o estudo conclui, aproximadamente 10.500 vagas. Seriam 9 prisões de regime fechado, cada prisão com 800 vagas, que totalizariam 7.200 vagas, e três prisões de 1.100 vagas, para totalizar 3.300 vagas, de semiaberto. Seriam três complexos nas Regiões Norte, Sul e Leste, ou em outras onde a demanda ocorre; seriam três sítios, e cada sítio teria três prisões fechadas; mais uma semiaberta.

Por que nós também voltamos a falar de competência, além de demanda? No caso da Região Metropolitana de São Paulo, nós passaríamos o maior problema, o de escolha de área, para o particular. Todos que moram em São Paulo — eu sou do interior — sabem que há questões ambientais. Hoje, para arrancar minhoca para pescar, o senhor tem que pedir licença. Há questões ambientais. A lei não permite que se construa prisão para homens em centros urbanos. E São Paulo se emenda a São Caetano, que se emenda a São Bernardo, que se emenda a Santo André.

Passo a outro fator — isso olhando os funcionários. Em todos os concursos que forem abertos aqui na Capital, não dá o número de 5% de gente daqui da Capital entre nossos colaboradores futuros. A grande maioria das pessoas que aqui trabalha é do interior. Então, nós estaríamos transferindo o problema para o particular. Transferindo esse problema, nós teríamos a questão da escolha da área



para o particular. Nós podemos abrir esse leque. O senhor demora 3 horas para ir de carro daqui a Parelheiros e, às vezes, o senhor demora 1 hora para ir de ônibus daqui a Sorocaba — e olhe que Parelheiros fica dentro de São Paulo. Então, diante disso, nós abrimos o leque para 60 quilômetros ou 80 quilômetros. Ainda estamos dispostos num sítio que seja razoável e de fácil acesso.

Entendemos — é o ponto de vista nosso — que isso resolveria o problema do sistema prisional na Região Metropolitana de São Paulo, com algumas ressalvas que nós não aceitaríamos: só pode ir para a prisão A o preso de olhos verdes, com furinho no queixo, bonzinho. Ora, essas prisões teriam que receber todos eles. O crime foi praticado em São Paulo? Esta é a condição maior para que as pessoas sejam inclusas nessas prisões.

Portanto, a nossa ideia — é o trabalho que fizemos, todos os estudos que desenvolvemos junto com o grupo de PPP do Estado — é no sentido de se edificarem essas prisões nesse entorno, e de que elas seriam geridas pelo particular, desde que a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não colocassem óbice. Não adianta o particular investir milhões para depois ter que encerrar a atividade e perder toda essa aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem.

Deputado Rocha, V.Exa. quer perguntar alguma coisa?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só quero um esclarecimento. Nós tivemos a oportunidade de conversar com o Diretor do DEPEN e ele nos informou que o custo de um preso para o Governo Federal, incluídos salários, incluído o custeio, fica em torno de 9 mil reais. Qual é o custo de um preso, por mês, para o Estado de São Paulo?

O SR. LOURIVAL GOMES - Se nós tivéssemos preso cujo custo ficasse em 9 mil reais, nós daríamos a ele bolsa para estudar em Harvard! (*Risos.*) Eu vejo assim: nós temos presídios caros. Por exemplo, o Regime Disciplinar Diferenciado — RDD de Presidente Bernardes, com 30 presos, é um presídio caríssimo! Os hospitais de custódia...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quantos presos?

O SR. LOURIVAL GOMES - Deve haver lá uns 30 presos, Deputado. Quantos presos estão lá, Medina?



O SR. ROBERTO MEDINA - No RDD, 22 presos, Excelência.

O SR. LOURIVAL GOMES - Fugiram oito, então. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MEDINA - Hoje são 22 presos.

O SR. LOURIVAL GOMES - A internação é muito difícil. O senhor tem que ter o leão lá e mostrar a todo o mundo. Se se desativar aquele RDD porque ele tem uma baixa população, o pessoal vai perder o medo, e aí a questão fica pior. Então, temos aquele leão — se tem ou não dentes, eu não sei — com 22 presos; o seu custo é alto. Nós temos hospitais de custódia, e o seu custo é alto. A medicação é controlada, e tal. Pegando todos os presos do Estado, todo o orçamento aplicado, em todas as ações, transporte, folha de pagamento, consumo de água, consumo de energia elétrica, escolta, e tal, o valor do preso aqui em São Paulo é inferior a 1.500 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos fazer mais questionamentos ao final.

Eu gostaria de ouvir também o Sr. Roberto Medina, Coordenador de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo — a famosa CROESTE.

O SR. ROBERTO MEDINA - Boa tarde a todos. Meus cumprimentos, Excelentíssimo Deputado Federal Alberto Fraga, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; Deputado Federal Rocha, Vice-Presidente da CPI; Deputado Federal Major Olímpio, conterrâneo de Presidente Venceslau; Deputado Estadual Delegado Olim; Dr. Lourival, nosso mestre do sistema penitenciário, de cuja equipe me orgulho de fazer parte. Garanto, Excelência, que ninguém conhece presos no País como o Dr. Lourival. Meus cumprimentos, Dr. Lincoln Gaklya, Promotor responsável pelo GAECO da nossa região, a quem eu tenho eterna gratidão. Não fosse ele, hoje eu não estaria aqui; eu teria sido assassinado pelo crime organizado, eu e minha família. Graças ao Dr. Lincoln e ao seu excelente trabalho, hoje eu estou aqui.

Meus cumprimentos, senhores coordenadores, companheiros; Dr. Donizeti, nosso Chefe de Gabinete; Dr. Catirse, nosso Secretário-Adjunto; Srs. Presidentes de Sindicato — Sindicato dos Agentes Penitenciários — SINDASP, Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo — SIFUSPESP,



Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário Paulista — SINDCOP e Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária — SINDESPE; Srs. agentes de segurança.

Antes de começar a falar sobre a Coordenadoria, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. todo o apoio a essa classe.

Eu gostaria de dizer a V.Exa. que, quando eu entrei no sistema e fui soltar um pavilhão pela primeira vez com outro colega, ao abrir a fechadura começou a vir aquele volume de presos, e eu lhe falei: o que é que eu estou fazendo aqui, rapaz? Eu estou numa jaula de leão! É difícil, Sr. Presidente, é difícil. Não é fácil. É uma profissão sofrida e que merece toda a atenção e toda a preocupação dos legisladores.

Para V.Exa. ter uma ideia, hoje, só na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado — CROESTE nós temos 51 mil presos em 37 presídios. E eu quero dizer o quê? Eu quero dizer que não há problemas lá. Graças a quem? Graças aos valorosos funcionários, como disse o Dr. Lourival. Então, eu peço um apoio e uma atenção a esses sofredores do sistema penitenciário, que são os RVPs e os agentes de segurança.

Agora, falando da Coordenadoria em si, da CROESTE, Sr. Presidente — o Dr. Lourival já falou tudo —, eu vou, brevemente, só expor o que é a CROESTE. Hoje, na Coordenadoria Oeste nós temos 26 penitenciárias, três centros de detenção provisória para abrigar os presos que ainda não foram condenados, três centros de progressão penitenciária para abrigar os presos de regime semiaberto, quatro centros de ressocialização e 1 unidade de regime disciplinar diferenciado. O que se destaca na Coordenadoria Oeste, Sr. Presidente, é a Penitenciária II de Presidente Venceslau, que é um presídio do qual aparecem falando até nas novelas; um presídio perigoso, um presídio de facciosos. E há o Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes.

Só para V.Exa. ter uma noção do grau dos presos da PII de Venceslau, nós mandamos um preso, há um tempo, para um presídio federal de Porto Velho e houve problema lá. Um dos presos da PII teve problema e não ficou em Porto Velho, foi para Mossoró; e sei que também tem problema lá. Um dos presos de Venceslau,



que abriga hoje 836 presos, Sr. Presidente. Por aí V.Exa. vê o grau de periculosidade desses presos e o trabalho que esses agentes realizam.

A Coordenadoria Oeste tem hoje 9 mil funcionários, Sr. Presidente, 9 mil funcionários dedicados e que se empenham no dia a dia para que tudo esteja em ordem. Na Coordenadoria Oeste hoje nós temos 8 unidades penitenciárias em construção. Nós devemos inaugurar em breve a Penitenciária de Florínea, que é perto de Assis; o CDP de Icém, que já tem 99% de sua obra concluída; o CDP de Caiuá; o CDP de Nova Independência; o CDP de Paulo de Faria, CDP I e II de Pacaembu; CDP de Lavínia; e ainda há estudos de mais três cidades na Região Oeste — Marabá Paulista, Mirandópolis e Santo Anastácio. Então, são mais 11 unidades na região.

Na Coordenadoria Oeste, Sr. Presidente, nós temos hoje 51.769 presos nesses 37 presídios. Desses presos, nós temos 4.369 presos estudando; nós temos 12.874 presos trabalhando; nós temos 3.066 presos fazendo cursos profissionalizantes. Eles vão sair com uma profissão! Além disso, nós temos parcerias com a Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel — FUNAP e com diversas entidades na formação desses presos, para que eles consigam se ressocializar. É difícil essa missão de ressocializar — por quê? O cara, a vida inteira, viveu sem valor moral, sem apoio familiar, sem estrutura familiar. Não é ao entrar no sistema que você vai chegar e mudar essa pessoa. Eu estou querendo só mostrar a arte da missão que nós temos.

Bloqueadores de celulares, Sr. Presidente, nós temos hoje, no Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes, que é o CRP; nós os temos na PII de Presidente Venceslau; nós os temos na Penitenciária I de Mirandópolis; nós temos na Penitenciária II de Mirandópolis; e na Penitenciária de Valparaíso, que são as unidades da Região Oeste que abrigam os presos de maior periculosidade. Todos os bloqueadores já estão em funcionamento.

Nós temos hoje na Região Oeste, Sr. Presidente — eu tenho até fotos, se V.Exa. quiser ver —, dez unidades automatizadas pelos funcionários. Temos fotos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu gostaria, se possível, que V.Sa. disponibilizasse isso para a gente, porque seria importante.



O SR. ROBERTO MEDINA - Lógico! Isso foi feito pelos funcionários. Os funcionários da Coordenadoria é que estão fazendo. Já temos dez unidades prontas e temos três unidades em andamento e que já estão terminando; e vão começar mais três unidades. Isso facilita muito a segurança do agente de segurança.

É duro eu falar, porque o Dr. Lourival já explanou tudo o que tinha que falar sobre a Coordenadoria, não é, Excelência? Mas eu fico à disposição aí, se alguém quiser fazer alguma pergunta sobre as unidades da Região Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Parece que o Delegado Olim quer fazer uma pergunta.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Presidente, posso fazer uma pergunta aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não. À vontade.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Eu sou delegado, venho da Secretaria de Segurança Pública, e vejo, por exemplo, os diretores aqui... Eles podem andar armados?

O SR. ROBERTO MEDINA - Se tiverem o porte de arma, sim, doutor.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Mas quem consegue porte de arma? Eu queria saber.

O SR. ROBERTO MEDINA - Os agentes de segurança penitenciária têm direito.

O SR. LOURIVAL GOMES - Foi uma luta para conseguir!

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Ah! Então eu gostaria de saber...

O SR. ROBERTO MEDINA - Nós tivemos um caso, Excelência, só para informar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Por exemplo, um agente, aquele que eu vejo, que faz... que passa na rua em alta velocidade com um preso, correndo um risco, porque, antigamente, era a Polícia Militar que fazia isso. Hoje vocês têm a própria viatura, o sistema de vocês, a escolta de vocês. Pergunto: esses vão para casa armados, também?

O SR. ROBERTO MEDINA - Só em uma região — ouviu, doutor? — que tem a escolta, que é na região da Capital.



O SR. O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Ah, só?

O SR. ROBERTO MEDINA - Só. Por enquanto só.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - E esses agentes penitenciários, guardas penitenciários, eu não sei como é que se chamam, eles podem sair armados?

O SR. ROBERTO MEDINA - Se tiverem o porte de arma, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas ele usa a arma do Estado para se defender, enquanto está de serviço.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Mas quando ele vai para a casa dele, ele não acabou de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas quando ele vai para casa...

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - A polícia não acaba quando vai para casa.

O SR. ROBERTO MEDINA - Exatamente, quando ele vai para casa, ele não pode usar uma arma para defender a sua vida. Então, nós temos que pensar isso com carinho e cobrar isso das autoridades, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós estamos fazendo isso, consertando isso no Estatuto do Desarmamento.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Vai ser muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É o que nós estamos fazendo lá.

O SR. LOURIVAL GOMES - Só para responder ao Delegado Olim, nós temos a escolta de presos apenas na região metropolitana de São Paulo, e a tendência é colocar, num segundo momento, nas regiões de Piracicaba, Sorocaba, Campinas, e, depois, ir para o Estado todo. Esse pessoal que trabalha com escolta tem acautelamento de arma, que é uma arma do Estado. Mas só os da escolta; os demais não.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Então está bom. Era o que eu queria saber. Obrigado.

O SR. ROBERTO MEDINA - Mas eles têm o direito ao porte de arma, de fazer um curso que é dado pela Secretaria.



O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Entendi.

O SR. ROBERTO MEDINA - E eles vão conseguir. Eu tenho porte de arma por ser agente de segurança.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - E tem que ter, de direito, porque os senhores devem andar armados, como o policial também tem que estar armado. Não dá para você saírem e... Por onde você andam, vocês veem a periculosidade que é o preso de São Paulo, ou do Brasil inteiro. Quando ele sair de volta para casa... Ele tem família. Então, acho que nós temos que ver também o outro lado. O Estado tem que saber dar proteção a esses funcionários.

O SR. ROBERTO MEDINA - Com certeza.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Major Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - É só para saber se existe alguma unidade que trabalha com videomonitoramento de presos aqui, no Estado de São Paulo, na sua região.

O SR. ROBERTO MEDINA - Várias unidades existem.

O SR. DEPUTADO ROCHA - De videomonitoramento.

O SR. ROBERTO MEDINA - É. Quase todas têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Roberto...

O SR. ROBERTO MEDINA - Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Roberto, quantas rebeliões já houve na sua região? Pode me dar números? Não precisa ser preciso, não! *(Risos)*

O SR. ROBERTO MEDINA - Eu não trouxe preciso, Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas, assim, você tem uma ideia? E quantos líderes têm atestado de bom comportamento? Porque nós descobrimos uma coisa...

O SR. ROBERTO MEDINA - Há?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ... pelo menos na Região Nordeste, que essas rebeliões, que normalmente os líderes fazem quaisquer rebeliões, motins, e logo depois o nome desses líderes estão contemplados no



saidão. Aqui se chama “saidinha”, não sei por que, é a mesma coisa. Não tem diferença nenhuma; é saidão do mesmo jeito, não é?

O SR. ROBERTO MEDINA - É! (*Risos*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O que eu acho uma praga no sistema penitenciário, esse tal de saidão, tanto é que eu tenho um projeto para acabar com isso.

O SR. ROBERTO MEDINA - Só para informar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Hã?

O SR. ROBERTO MEDINA - Qualquer líder que é detectado, que se intitula como líder no sistema penitenciário, na nossa região, automaticamente ele é retirado do presídio, Excelência. Se ele é líder, ele vai para onde é o lugar de quem se acha líder, que é a P2 de Venceslau. Então, a gente não deixa. Qualquer informação que a gente tenha de uma pessoa que tenha função em facção criminosa, ou queira alguma liderança, a gente retira da unidade e manda para a P2 de Venceslau.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Eu, quando delegado do Garra, eu peguei, no começo da profissão, esse CDP em que o senhor foi hoje... Eu fiquei, uma vez, quase quatro dias negociando. Porque, na época, era da Polícia Civil, que era do DECAP, tomando... Eram reféns os carcereiros. Então, eu sei como melhorou. Era rebelião direto. O Garra só vivia do GOE para rebeliões. Aliás, quero parabenizar aí o Secretário, porque eu nunca mais ouvi falar em rebelião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Nem nada de fuga, como o senhor disse aí mesmo. E aqui, em São Paulo, isso era crítico nos anos 1990. Os senhores podem ter certeza disso, porque 1991 é época em que eu entrei na polícia.

O SR. ROBERTO MEDINA - Excelência, eu queria só complementar o que o Delegado Olim informou. O que pode causar uma rebelião? Um pequeno movimento, Excelência. Se você deixar, se isso for crescendo até chegar pessoal de fora, pode se tornar uma rebelião. E, hoje, em todas as unidades, nós temos celas de intervenção rápida. O que é que é? Para coibir um problema pequeno, para não deixar ele crescer, entendeu? Então, isso já encerra o problema na hora e evita que se torne uma rebelião. Esse é um dos grandes...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem! Bom, eu agora agradeço, Roberto.

O SR. ROBERTO MEDINA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com muita satisfação, eu quero ouvir o Sr. Lincoln, integrante do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado — GAECO. Eu até, antes das suas palavras, queria saber, diante da sua experiência e *expertise* no assunto, eu queria consultá-lo se a CPI poderia fazer um requerimento aos seus superiores. Nós precisávamos da sua experiência por uns 15 dias conosco lá na CPI. Isso é possível?

O SR. LINCOLN GAKLYA - É 1 honra para mim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, nós o faremos.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Meu boa-tarde a todos. Deputado Alberto Fraga, Presidente, Deputado Rocha, Deputado Olim, Deputado Major Olimpio, que se encontra ausente, Dr. Lourival, Dr. Máximo, Dr. Roberto Medina, eu queria cumprimentar, na pessoa de vocês, todos os demais que compareceram a esta sessão pública. Quero dizer que é uma honra para mim, como integrante do Ministério Público — viu, Deputado? —, poder compartilhar com vocês alguma experiência que a gente colheu durante alguns anos, na prática, tanto da Promotoria de Execuções Criminais, da qual eu sou titular, em Presidente Prudente, como também do GAECO, do qual sou o Secretário-Executivo desde 2008.

Então, eu tenho um trabalho direto, em termos de investigação de organização criminosa, a partir de 2006, com os grandes ataques que praticamente colocaram, infelizmente, o Estado de São Paulo — eu não tenho vergonha de dizer isso, e tenho ido a outros Estados — de joelhos, porque naquela época, Deputado, nós não tínhamos uma *expertise*, nós não tínhamos um serviço de inteligência coordenado entre as Polícias, entre o Ministério Público, entre a Secretaria de Administração Penitenciária, que nos propiciasse conhecer o fenômeno, conhecer os nossos inimigos e poder fazer frente a isso. Na época, inclusive, a conversa com diretores de presídio era muito tímida, não é? Não se acreditava que o controle da criminalidade viesse, como vem até hoje, de dentro para fora dos presídios. É um fenômeno que, infelizmente, acontece no Brasil inteiro.



Então, da parte de experiência como Promotor de Execuções Criminais que sou da região de Presidente Prudente, tenho correição sobre 23 unidades, gostaria de dizer, apenas para... Antes de falar exatamente sobre a questão do trabalho com relação ao PCC, que é o que eu coordeno, informo que na nossa região, Deputado, nós não temos problemas de atraso processual — viu, Dr. Lourival? O senhor deve saber que esta é a região do Estado — acho que o Dr. Medina também tem conhecimento disso — em que os presos, inclusive, querem se remover para região de Presidente Prudente, embora a Vara de Execução seja uma vara dura, porque a gente recorre de tudo; alguns juízes concedem, a gente recorre. Mas o processo de execução, ele anda. Na nossa Promotoria não fica mais de 2 dias um processo em cima da mesa. São dois promotores, e cada um de nós recebe 200 por dia.

Então, eu sei que tem vários coordenadores aqui, e os presos acabam andando, e alguns falam: *“É melhor ir para Presidente Prudente; lá o benefício não sai, mas pelo menos a execução anda”*, não é? (Riso) Não sei porque, realmente, em casos de crimes com violência, a gente exige o exame criminológico; em caso de pena muito longa, a gente tem colocado algum óbice, questão de saída temporária. Mas, enfim, essa é uma questão, uma experiência com relação à execução criminal.

Nós tivemos a visita do mutirão do Conselho Penitenciário. Com todo o respeito que merece o Conselho Penitenciário, o CNJ, os presos, pelo menos na minha região, chamaram aquilo de “mentirão carcerário”. Não foi mutirão, porque se prometeu soltar 80 mil presos aqui, no Estado de São Paulo, e a realidade não é essa. Nós não temos preso com pena vencida. Eu desconheço — não é? — que exista no Estado de São Paulo preso com pena vencida. Eventualmente, existe algum benefício do regime semiaberto concedido ao preso, e ele está lá aguardando a sua vaga. Nós temos um déficit de vagas, temos problemas de superlotação. Como Promotor de Execução, é essa a experiência que eu posso passar.

Eu sei disso porque conversei com o juiz do CNJ; eu conversei, à época, com o Presidente do STF, que era o Presidente do CNJ, na época o Presidente Peluso, e disse: *“No Estado de São Paulo vocês não vão encontrar o mesmo panorama que existe nos demais Estados do Brasil.”* Nós temos, praticamente, quase metade da população carcerária do Brasil, mas não temos, assim, problemas crônicos e sérios de atraso processual.



Então, essa quantidade de presos, Deputado, não se deve a questão de não andamento do processo. Esse é um problema que tem que ser enfrentado, porque precisa haver números. Achar, por exemplo, que o processo vai andar, vai ter mais agilidade, e que a gente vai liberar muitas vagas para preso, talvez essa não seja uma informação muito correta, pelo menos no Estado de São Paulo.

Nós temos uma situação, aqui, relativamente organizada, em termos de execução criminal, mas o problema, pelo menos na minha região — e essa é uma advertência que eu faço quando se fala, às vezes, na utilização das penas alternativas, que devem, realmente, ser utilizadas —, na maioria dos processos que passam pela minha mesa, os presos não têm direito mais a nenhum tipo de benefício. São multirreincidentes, principalmente em crimes contra o patrimônio, tráfico, e acabam não sendo aquinhoados com a questão da possibilidade de penas alternativas.

Há um percentual de presos de furtos, talvez, que não deveriam estar no sistema, e tal, mas eu acho que não é, ainda, algo que vai solucionar o problema da população carcerária. Prender, infelizmente, ou felizmente — eu acho felizmente —, é o Estado que mais prende, e tem que prender mais, porque tem muito ladrão na rua ainda, viu, Deputado? Tem bastante ainda, infelizmente.

Eu queria fazer essa introdução porque essa é uma experiência como Promotor de Execução Criminal. É difícil, assim, falar sobre o próprio trabalho, mas talvez um dos fatores do sucesso do trabalho do GAECO de Presidente Prudente seja o de estarem reunidos, no mesmo órgão, um promotor de execução com um promotor do GAECO. Então, se não tiver a experiência de dentro do presídio, que é uma experiência riquíssima, onde, todos os dias... Eu, 14 dias por mês, visito presídios, não é? Então, quase todos os dias eu recebo informações que são muito valiosas de dentro dos presídios. E, cotejando essas informações com as demais investigações que a gente tem em curso, isso forma um arquivo muito rico e muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Desses 142 presídios, vocês têm monitoramento de todos ou não? De quantos o senhor tem monitoramento?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Bom, depende do que o senhor chama de monitoramento. *(Riso.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu digo onde está sediado, assim, onde existe suspeita de facções, onde há facções.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Na verdade, é o seguinte: a gente tem aqui um controle do setor de inteligência, mais ou menos atualizado, do número de integrantes, por exemplo, do PCC, no Estado de São Paulo. A gente tem outras facções, tem CRBC, CDL, CV, ADA, agora o Cerol Fininho, né, Dr. Lourival? Mas, realmente, o que demonstra interesse, em termos de segurança pública, é o PCC no Estado de São Paulo. A gente tem, hoje, no Estado de São Paulo, em torno de 7.032 integrantes. São 7.032 integrantes! Como é que você sabe disso? Por várias fontes. Eles são tão organizados quanto nós, eles fazem censo, não é? Em todas as cadeias passam aqueles caderninhos, em que tem que se anotar quem saiu, quem entrou, etc.

Então, é um número, até o mês passado, de 7.032 integrantes, sendo 5.553 no Sistema e 1.479 na rua. É bastante? É muito, não é? São 7 mil membros que são batizados no PCC. Também é muito menos do que os 100 mil que o Marcola dizia em 2006, quando dizia que tinha 100 mil homens aqui, à disposição, etc., etc. É por isso que eu digo que é importante a gente ter o conhecimento do fenômeno, do que se está combatendo, para saber onde é que vai dispor esforços.

Esses 5 mil integrantes, eles estão divididos nas unidades que não são unidades de seguro — não é, Dr. Lourival? —, em regra, não são. Os 5 mil estão divididos pelo Estado todo, em unidades que não são unidades de seguro. Então, em torno de 10% das unidades não são de seguro — não é? —, se formos ver *grosso modo*, de 147, talvez um pouco mais ou um pouco menos, talvez 15 ou 14. Então, em todas as demais unidades nós temos integrantes batizados no PCC. Temos unidade que tem 1, unidade que tem 18, unidade que tem 30. Agora, é muito mais difícil a gente identificar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LINCOLN GAKLYA - Exatamente, a gente tem um acompanhamento. Isso, eu dizia lá atrás, embora, quando a gente ia às reuniões do Ministério da Justiça, etc., às vezes o pessoal não levava muito a sério: “Ah, isso aqui não é um problema nosso!”. O PCC está em todos os Estados da Federação, em todos os Estados da Federação. É a única facção — e não estou querendo com isso



glamourizar, como dizem alguns, o PCC, mas é preciso a gente encarar a realidade como ela existe —, é a única organização criminosa que realmente pode se chamar assim hoje, que está prevista na Convenção de Viena, que se pode classificar como organização criminosa. Não é uma facção qualquer. Ela está estruturada já num estágio pré-mafioso. O Dr. Olim, eu sei que é um profundo conhecedor disso. O que ainda difere o PCC da máfia é o branqueamento de capitais, que eles ainda não conseguiram sofisticar. Se esse pessoal da Lava-Jato acabar as prisões por aqui e tiver contato com o PCC, o senhor pode saber que esse estágio pré-mafioso vai passar a ser estágio mafioso.

Eles realmente não têm *expertise* em branqueamento de capitais. Mas todos os outros requisitos de uma organização mafiosa eles têm: infiltração no Estado, organização piramidal, hierarquia, divisão de tarefas, compartimentação, enfim, eu poderia aqui ficar o dia inteiro falando sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dizem que até sorteio de apartamentos eles fazem. É isso mesmo?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Sim, sim. O PCC se sofisticou tanto no decorrer dos anos, que ele tem uma fonte de renda, é claro. Uma empresa, uma grande empresa tem que ter fonte de renda. Então, do que sobrevive o PCC hoje? O PCC basicamente sobrevive de tráfico de entorpecentes. Basicamente sobrevive de tráfico de entorpecentes, que é o carro-chefe. Com o decorrer dos anos, o PCC foi comprando as bocas do Estado de São Paulo, comprando ou tomando: de alguns integrantes ele comprou; dos inimigos ele tomou. E essas bocas ou biqueiras eles denominaram como FMs, não me perguntem por quê. O que tem a ver com FM. Mas o nome, se o senhor pegar lá uma anotação, vai estar como FM, que são as biqueiras do PCC, que estão espalhadas no Estado todo. No começo, era só aqui na Grande São Paulo, mas hoje eu não tenho dúvidas de que em todo o Estado de São Paulo o tráfico de drogas ou é comandado pelo PCC ou é autorizado pelo PCC. Ninguém vende droga na esquina se não tiver autorização do PCC, porque o Estado está mapeado, o Estado está mapeado.

Então, uma das fontes de arrecadação é o Progresso. Era em torno de 8 milhões/mês, mas hoje o senhor pode até dobrar esse valor. São 8 milhões por mês, só das FMs, só das FMs! Eles trazem essa pasta-base, a granel, da Bolívia, agora



da Colômbia também, alguma coisa do Paraguai, no caso da maconha, e aqui eles têm o *know-how*, a tecnologia de virar, eles chamam de virar droga, que é transformar essa droga em cocaína, embalar e vender com uma logística, Deputado, assim, muito difícil da polícia acompanhar. São grandes favelas. A comunicação hoje só é feita por aplicativos, WhatsApp, Telegram e outros, não interceptáveis.

Esse é um ponto em que eu vou fazer uma sugestão para os Srs. Deputados, principalmente para aqueles voltados à questão de segurança. Nós temos tremenda dificuldade na questão desses aplicativos, não temos uma solução para isso. As empresas que atuam no Brasil não colaboram. Algumas falam, por exemplo, o Facebook: “*Não, não é comigo!*”. Olha, a criptografia — eu já estudei, tenho ido a muitos lugares —, a criptografia ainda não dá para quebrar. A única maneira de se trabalhar com isso seria criando um vírus, para que você possa clonar, se for um celular, por exemplo, para que você possa ter acesso a esses aplicativos de mensagem, através dessa ferramenta, que vai talvez demandar alguma alteração legislativa, não é? Essa é uma situação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LINCOLN GAKLYA - O WhatsApp não é interceptável. Se o senhor conhecer, o senhor me passa; nem o Skype, nem o WhatsApp.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Só para o senhor saber...

O SR. LINCOLN GAKLYA - Pois não, delegado.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Nós estamos com uma CPI das operadoras aqui, e para essa CPI nós chamamos todos os Presidentes das operadoras. Aqui um dos problemas é esse e a demora para nos ajudar quando precisamos. O senhor pode ter certeza disso. Eu até vou convidá-lo a vir aqui para nos ajudar. Nós vamos chamar os Presidentes aqui e todos vão ter que se explicar, porque eu sei do problema que a polícia tem e que eu tive para a interceptação e que o senhor deve estar tendo nessa investigação para monitorar.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Sim.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Então nós precisamos disso. Acho que o senhor vai ser muito útil para nós. Vamos conversar depois.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Eu estou à disposição.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Muito obrigado.



O SR. LINCOLN GAKLYA - Eu é que agradeço.

Então essas são dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia. Quando a gente fala em monitoramento, é óbvio, Deputado — eu queria deixar bem claro isso, porque eu já sofri muito —, quando fala em monitoramento, a gente não fala aqui em central clandestina de grampo, em grampolândia, ou outro termo pejorativo, porque eu apanhei muito por causa disso. Talvez a discricção de um trabalho... Dizem que a galinha bota um ovo e faz um barulho, e a pata bota um ovo maior e não faz barulho; a galinha é que leva a fama.

Na verdade, a gente precisa ter um trabalho com discricção. Eu acho que as pessoas que são ligadas à área de segurança sabem o que é feito pelo GAECO, sabem o que é feito pelas polícias aqui em São Paulo, com a colaboração da Secretaria de Segurança e da Secretaria da Administração Penitenciária.

Então, quando a gente fala em monitoramento, quero deixar bem claro que não existe nenhuma central de monitoramento. Eu gostaria que houvesse, Deputado, se o senhor puder aprovar uma lei nesse sentido. (*Risos.*) Mas, infelizmente, a gente tem que ter várias investigações em curso, todas elas coordenadas e concatenadas, com início, meio e fim, para que a gente possa acompanhar. No mundo inteiro, Deputado, por exemplo, na Itália... Eu estive nos Estados Unidos visitando várias agências de polícia em 2013, várias penitenciárias, e todas elas são assim. No caso dos Estados Unidos, as pessoas se espantaram quando eu disse que precisava de uma ordem judicial para grampear um preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é o que eu ia perguntar, se um dos maiores óbices que vocês têm é a Justiça.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é vergonhoso!

O SR. LINCOLN GAKLYA - Sem dúvida! Eu até estava conversando em *off* aqui com o Deputado Olimpio, que a gente já conhece no âmbito estadual e sempre nos apoiou. A gente precisa, Deputado, às vezes... Eu não quero dizer que há má vontade, que, assim, veja, é uma área de atuação complicada. Eu vou falar da minha situação pessoal, mas, por exemplo, o Dr. Roberto Medina anda escoltado, teve que tirar os filhos do País, sofre ameaça de morte constante. O Dr. Lourival é o número 1 em ameaças. Eu ando com carro blindado, ando escoltado! Agora em



2013, eu fui o autor da denúncia da investigação contra o Ministério Público, embora não tenha dado nenhuma entrevista. Aquela grande investigação fui eu que fiz lá em Presidente Prudente. Minha esposa me perguntou: *“Olha o que você fez com a nossa família! Vale a pena isso?”*

Então, Deputado, é para gente pensar que essas questões de combate à organização criminosa têm que ser menos personificadas e elas têm que ser mais profissionais, elas têm que ter equipes. Por exemplo, quando se fala em PCC, veja: eu comecei a investigar isso em 2006, porque era promotor em Presidente Venceslau, promotor criminal, e eu recebi de presente, de um dia para o outro, a transferência de um dos maiores criminosos deste País, sem nenhum tipo — e isso eu falo porque eu participei já de várias reuniões, de várias gestões —, sem nenhum tipo de organização.

Quando se fez a transferência, ligou-se para os diretores dos presídios: *“Olha, me dê aí o nome dos principais líderes do PCC!”*. Não disse nem para que era. E eu acompanhava o assunto já em 2006. E o que aconteceu? Quando tudo isso foi transferido para lá, inclusive o Marcola, a verdade é uma só: todo o acompanhamento que se tinha no Estado acabou, caiu. A polícia tinha um monte de grampos, eu tinha um monte de grampos. Caiu tudo, porque se transferiu todo mundo de uma hora para outra, e a gente não sabia quem eram as pessoas que ficaram e quem estava em liberdade incapaz de receber ordem, etc., inclusive os senhores chamaram. Por ocasião da CPI das Armas, o Marcola foi até lá, em Brasília,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu estava nessa época lá.

O SR. LINCOLN GAKLYA - ... os delegados do DEIC na época foram, depois até para advogado um funcionário vendeu uma gravação sigilosa. Mas, enfim, por que eu estou dizendo isso para o senhor? Porque, de 2006 para cá, nenhum de nós acredita que esses líderes pararam de comandar o crime organizado. Eu posso dizer para o senhor com tranquilidade: uma das únicas instituições, das únicas agências que tem gravação do Marcola sou eu. Nesse processo em que nós ingressamos em outubro de 2013, eu fui acusado: *“Ah, ficou três anos investigando um monte de besteira!”*. Só para o senhor ter uma ideia, a cautelar tem 80 mil páginas. São milhares de interceptações na rua e dentro dos presídios. Na época, a P2 não tinha



bloqueador de celular; hoje tem e funciona a contento, embora não tenha quebrado a cadeia de comando. Dificultou, mas não quebrou. Essa é uma situação que eu já previa. Não adianta bloquear tudo porque não vai quebrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por que não quebrou?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Não quebra pelo seguinte: nós temos visita com contato íntimo, nós temos advogados, pseudoadvogados, e com todo o respeito que eu tenho pela OAB. Eu fui advogado também, sou advogado. Antes de ser promotor, eu fui advogado. Veja: o advogado que atende na P2 — os senhores vão pegar a relação lá —, toda semana são três, quatro líderes, e não existe um processo, um processo defendendo esses líderes! Não soa estranho? E o advogado que só vai lá pedir atendimento médico? Eu vou falar o seguinte: o Dr. Lourival manda negar tudo. Eu estou estarecido, Dr. Lourival, porque eu, além da função do GAECO e da Execuções, agora eu recebi o DECRIM 10. Eu só estou agora cruzando e cabeceando. O DECRIM 10 é o Departamento de Execução Criminal 10 do Estado, onde eu também estou à frente na parte do Ministério Público.

E o volume — gostaria até que os senhores pedissem isso, porque eu gostaria de abrir uma investigação depois — de intervenções, de consultas e de exames particulares que são feitos só na P2 e no RDD é absurdo. Eu mesmo fui fazer — depois de velho, a gente vai querer fazer coisa de jovem —, fui jogar bola e estourei o ligamento do joelho. Fui fazer ressonância, Dr. Lourival, e estava cheio de polícia o Instituto de Radiologia. Um dos integrantes líderes do PCC estava lá para fazer ressonância no joelho. O presídio nega, aí vem o pedido judicial com uma determinação médica, e eu mesmo, como promotor, não posso negar. Até receita de Viagra — receita de Viagra! — eu tive que negar, mas, enfim, tinha recomendação médica. Aí o que eu fiz? Falei: *“Bom, então vai oferecer esse Viagra”*. Até o diretor ficou numa situação... Eu falei: *“Na hora da visita, você vai entregar lá um Viagra”*. Aí o diretor respondeu que o preso não tinha visita. Ele falou: *“Então, ele vai pegar alguém dentro da cela, ou ele vai matar alguém com um Gatorade”*.

O próprio diretor já tinha dito que o Viagra... Antigamente vinha o do Paraguai; agora não está entrando aquele do Paraguai, porque, com a mudança da legislação, hoje é pior você entrar com droga do que entrar com aquele comprimidinho do Paraguai. Aquilo lá é medicação contrabandeada, a pena é muito alta. Então, às



vezes a visita entrava com aquele comprimidinho e está presa lá, são 10 anos de cadeia.

Eu queria dizer o seguinte: quem está pagando a esses médicos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu só não entendi o seguinte, doutor: o senhor falou que há um excesso de exames...

O SR. LINCOLN GAKLYA - Particulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ... particulares, que são pedidos, solicitados pelos advogados.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Por um ou dois advogados, que são aqueles, entre aspas, “do departamento médico do PCC”. O senhor vai pegar lá, o senhor vai ver duas advogadas. São sempre as mesmas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LINCOLN GAKLYA - São as irmãs, exatamente. O senhor poderia até dizer: “*Quem é que está pagando isso aqui?*” Elas diriam: “*A família do preso*”. O senhor vai ver que o preso às vezes nem visita tem. E outra: o que eu queria deixar bem claro, Deputado, é que algo está me causando um certo estarrecimento. Como esse Departamento de Execução é novo, o DECRIM, ele foi criado agora, infelizmente... Dr. Lourival, eu falei para o senhor não mandar, mas mandou lá para Presidente Prudente. Ele centraliza as execuções até Marília. De Marília até Teodoro Sampaio é tudo de Prudente, e eu sou um promotor lá. Somos dois.

Então, veja: em todas essas unidades eu não recebi — porque tem que vir um pedido judicial e eu tenho que falar — nenhum pedido de Marília para cá, Dr. Lourival. Só na P2 e no RDD há pedidos de ressonância magnética, operação de pterígio. O meu amigo que é médico falou que pterígio tira no consultório. Isso não tem nenhuma gravidade, nem urgência. Isso aí é para movimentar preso, para eventual resgate.

Para o Marcola nós acabamos de negar um pedido de ressonância magnética no joelho. Eu conversei com o Diretor, com o Dr. Bizzotto, lá de Venceslau, e ele falou: “*Doutor, ele está bom, ele está jogando futebol*”. Tanto que quebrou o braço e acabou saindo de qualquer jeito. Ele quebrou o braço e foi fazer uma cirurgia na Santa Casa.



Nós temos presos, que eu sei, porque eu acompanhei, na época eu acompanhava, como o Barbará, por exemplo: *“Olha, pra sair daqui pra Santa Casa de Venceslau, é um doce, é um mamão. Chega lá, você vai sair do camburão, a viatura vai estar lá atrás, tem duas viaturas, os policias não entram, eles vão ficar antes da sala de cirurgia. É só chegarem dois caras lá vestidos de jaleco branco, vão dominar os enfermeiros, os médicos, vão estar já dentro da sala de cirurgia, e nós vamos sair dali andando”*.

Então, vejam: é preciso cuidar e saber, inclusive, quem é que está financiando isso. Eu sei quem está financiando. Esse dinheiro sai da suposta “ajuda”, que é um caixa do PCC, porque são intervenções caras. Tem cirurgia lá de hemorroidas em que cobraram 14 mil reais, que eu fiquei sabendo. Pelo procedimento da UNIMED, são 3 mil. Para o médico, está bom também.

Eu tenho um amigo que é cirurgião plástico, cujo filho estuda com o meu filho, e me ligou: *“Lincoln, eu estou numa situação aqui, o colega anestesista me convidou pra fazer uma mamoplastia, mas é de um preso”*. Eu falei: *“Mamoplastia de um preso?”* É porque o cara está tomando anabolizante e criou peito, né? E aí ele precisava fazer uma mamoplastia com muita urgência. Ele falou: *“Pede aí quanto você quer”*. O cara falou: *“Vinte mil, trinta mil”*. Ele falou: *“Eu pago”*. Mas aí, orientado por mim, ele não foi. Mas outro foi e fez.

Então, são situações que expõem um problema, e esse pessoal aí o senhor vai ver. Não há superlotação na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, e também não há rebelião, e não vai haver, né? Onde o Marcola está e todo esse pessoal está, eles não vão quebrar, dificilmente vão quebrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Doutor, em 2006, quando eu estava na CPI das Armas, eu tive a oportunidade de conversar com o Marcola. Mas um juiz da Vara de Execuções Criminais teria me dito que o Marcola não fazia parte do PCC, que ele era usado, era um cara manipulado. Isso é verdade, é falso?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Isso é falso. Ele ainda é o líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele, então, realmente, é o cabeça?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Na minha hierarquia, ele é o cabeça. O que acontece lá é o seguinte: o Marcola, ele já é a segunda geração de liderança. Não é



um dos fundadores, mas é da segunda geração, um sujeito mais inteligente, e, hoje, o que ele aprendeu? O Marcola hoje já vai completar os 30 anos, está para completar os 30 anos. E o que aconteceu? Com os crimes de 2006, interrompeu-se esse lapso. Então, ele está tomando muita condenação que vai interromper o lapso. Então, ele não tem nenhuma expectativa, por enquanto, de liberdade. Essa é a verdade. Então, ele não fala ao celular, não falava, quando dispunha de celular. Não que houvesse celular na P2. Nós nunca colocamos nem deixamos colocar, mas existem diversos meios de o celular acabar entrando.

Quando havia ainda comunicação na P2, pouca, mas havia, ele nunca falava ao celular. Eu mesmo tenho duas gravações do Marcola. No meio dessas 80 mil páginas, nós separamos duas, em que ele se jactava, por exemplo, de ser o responsável pelo fim das mortes nas cadeias. E diz ele, inclusive, que a taxa de homicídio no Estado de São Paulo acabou por causa deles. Isso aí saiu na imprensa, a gravação é minha, eu tenho a gravação.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele cortou a chacina.

O SR. LINCOLN GAKLYA - É, porque ele cortou... Na verdade, nas biqueiras, eles dizem que lá, para matar, tem que conversar com o piloto do PCC, com o que comanda, etc. Então, é claro que isso tudo é supervalorizado. Mas ele manda. Agora, tem um conselho, viu, Deputado? Abaixo dele, tem um conselho, que é a Sintonia Final Geral, que são seis ou sete integrantes, varia. São seis integrantes agora. Um deles está em liberdade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LINCOLN GAKLYA - Exatamente, é o tal Roberto Soriano, que o Dr. Medina mencionou. Inclusive, o pedido foi meu, viu, Dr. Lourival, para ajudar. Eu fiz a representação para o RDD do Soriano, porque ele estava envolvido em morte de policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - São seis membros...

O SR. LINCOLN GAKLYA - São seis membros que integram... Eu posso disponibilizar para o senhor esse organograma. Isso é resolvido como se fosse uma reunião de diretoria mesmo. Então, eles se reúnem os seis e votam pela maioria. Se precisar do voto de Minerva, o Marcola vai lá e desempata. Eu presenciei, durante muitas investigações, a exclusão de um membro muito importante do PCC — os



diretores mais antigos vão se lembrar —, o Baianinho Vietnã. O Baianinho Vietnã sempre foi um dos líderes do PCC. Sempre na Sintonia Final Geral ele foi excluído e, durante uma conversa... Como se diz? Eu esqueci o termo usado quando são várias pessoas falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Conferência.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Conferência. Eu mesmo não sei usar, mas eles sabem muito bem. Numa conferência por telefone, eles estavam votando a morte e a exclusão do Baianinho Vietnã. Por quê? Porque ele mandou assassinar outros integrantes para tomar pontos de drogas em Ribeirão Preto e outras cidades sem autorização da cúpula. E foi falado o seguinte: *“Pau que bate em Chico bate em Francisco”*. A disciplina e a hierarquia deles são muito rígidas. Era um integrante. E aí, pela maioria, votou-se que iriam excluí-lo e que ele iria pagar com a vida. E foram ouvir o padrinho. O padrinho é o Marcola. O Marcola, sabiamente, o que fez? Ele rebatizou esses integrantes que estão abaixo dele. Todos eles são afilhados dele. Se pegar lá o Gegê do Mangue, pegar o Daniel Canônico, que é o cego, responsável pelo roubo lá em Brasília no aeroporto que teve até um seriado aí na *Rede Globo* — infelizmente, ainda a televisão glamouriza esse pessoal —, se pegar esse pessoal todo, no final, o voto de minerva é do Marcola. E se o senhor assistir a uma soltura, Dr. Medina, uma soltura no banho de sol e filmar lá na P2, vai ver a deferência com que os outros integrantes vão se reportar ao Marcola. Todo mundo vai lá cumprimentá-lo, conversar, ver como está. Só que isso nos causa um problema. E esse problema eu tenho que relatar e trazer para a reflexão dos senhores em termos de organização criminosa. O comportamento do Marcola lá é excelente, como dos demais integrantes da Sintonia Final Geral, é respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Em todos os presídios por que ele passou.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Em todos. Ele não vai desrespeitar ninguém, não vai agredir ninguém. Então, dificilmente o senhor vai ter uma falta grave praticada pelo Marcola e pelos integrantes do primeiro escalão. E isso nos coloca diante da seguinte situação: como é que nós vamos, em situação extrema, internar esses integrantes?



O art. 52 da LEP, na sua alteração, prevê que, se houver indícios de participação em organização criminosa, já será suficiente para o RDD. Eu não sei nos demais Estados da Federação, mas, no Estado de São Paulo, isso não se aplica.

Com inúmeras horas de gravação, nós tentamos fazer o que seria a maior operação contra o PCC da história deste País. Nós identificamos e fizemos... eu fiz a denúncia contra 175 integrantes do PCC, todos eles identificados com postos de liderança, com uma enorme quantidade de droga e armamento apreendido durante a investigação. Esses 3 anos, Deputado, não foram de monitoramento contínuo, foram de investigação. Nós utilizamos técnicas de investigação que estão na lei da organização criminosa, que o senhor deve ter ajudado a votar, porque o senhor já estava lá a essa época, por exemplo, da ação controlada, que era utilizada. É algo riquíssimo, ou seja, a gente vai deferir o flagrante para o momento oportuno.

Então, a gente vai apreendendo droga, armamento, reunindo tudo aquilo no processo. Tudo foi feito. Reunimos os 175 integrantes da rua e aqueles que estavam presos em condição de comando. Trinta e cinco deles mereciam o RDD, todos eles com ordens ao telefone de comprar fuzil, de mandar matar, mandar matar policial, enfim. Todos os 35 pedidos foram negados e todos os 175 pedidos de prisão preventiva foram negados. Nós esperamos 6 meses após a denúncia para deflagrar a operação, porque era uma operação muito grande — o Dr. Lourival participou disso, todos os setores de segurança pública. Eu estou dizendo isso porque eu não iria tomar uma decisão açodada, que poderia causar um novo 2006. Imagine. A intenção era prender todos os líderes que estavam em liberdade em um dia só e mandar todos os demais para o RDD num dia só. Às 6 horas da manhã de uma segunda-feira a gente iria fazer a maior operação policial da história deste Estado. O Dr. Máximo, inclusive, teve conhecimento disso na época da Procuradoria. Mas, infelizmente, seja por questões de ordem técnica, jurídica, que eu, às vezes, desconheço, todos os pedidos foram negados. Nós recorremos e, dos 35, eu consegui 17 RDDs. Ou seja, o Tribunal validou a maioria. Nós conseguimos RDD para todos os integrantes da Sintonia Final, exceto do Marcola, Deputado. Foi julgado. A Câmara disse que realmente a investigação é sensacional — o TJ — é a



maior do Brasil, é isso, é aquilo, mas o Marcola está no melhor presídio de segurança do Brasil, que é a P2, e ele tem que ficar lá.

Nós fizemos a investigação do plano de fuga do Marcola. Fui eu que fiz, juntamente com a SAP, essa que saiu na televisão. Seriam dois helicópteros que durante o carnaval iriam aterrissar, há 2 anos, na penitenciária, num dia de visitas, e iriam resgatar o Marcola. Eles estariam armados de fuzil etc.

Esses helicópteros, Deputado Major Olimpio, estariam adesivados como Águia. Era do tipo esquilo, não sei. Eles estariam adesivados como o helicóptero da Polícia Militar. Isso, certamente, geraria mortes de inocentes — agentes penitenciários, familiares de presos, enfim.

Dos pilotos, pelo menos dois, nós temos até imagens disso, alugaram no Campo de Marte — nós acompanhamos — em Viracopos, helicópteros, aeronaves. Veio um jatinho do Paraguai e desceu em Terra Rica. Uma casa em Porto Rico, no Paraná, que seria uma base. Nós chegamos a alugar uma casa com dinheiro próprio, Major, da nossa equipe. Uma casa no Estado do Paraná, em Porto Rico, para montar uma equipe, para montar uma base para acompanhar. Tudo isso foi feito.

Foi concedido o RDD por 60 dias do Marcola. Ele ficou lá 60 dias. Ele prometeu que iria explodir o País, que não iria ter Copa do Mundo e um monte de coisas. Mas foi o Marcola, o Barbará, o Bin Laden e o Dudu da Bela Vista, dono da Baixada do Glicério.

Com relação aos quatro pedidos, os quatro foram concedidos por 60 dias e depois foi negado tudo. Foram 60 dias e disseram: “*Já está bom.*” Nós recorremos, digo, o Ministério Público recorreu e conseguimos os outros RDDs, salvo o do Marcola. O do Marcola ficou para a mesma câmara, que disse: “*Olha, está excelente, realmente o trabalho é excelente, mas ele está bom lá, está bem cuidado.*”

O que eu queria dizer é o seguinte: na Itália nós temos o cárcere duro; nos Estados Unidos, todo líder de organização é acompanhado diuturnamente dentro e fora da penitenciária. E aqui nós não temos condições, mesmo havendo indícios, porque eu, pelo que aprendi na faculdade...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Em 45 dias uma visita, não é?



O SR. LINCOLN GAKLYA - Veja, na Itália — aí existe monitoramento, Deputado —, apenas agora eles conseguiram que o vaso sanitário não seja filmado. A cela é individual, não há nenhum contato físico. E a Corte Europeia de Direitos, tão falada... O Dr. Medina até já esteve aqui, o Dr. Lourival também, na nossa corte americana. Mas lá eles validaram, porque eram mafiosos.

Agora eu pergunto: qual a diferença, fora o branqueamento de capitais, Delegado Olim, que já está quase em vias de acontecer através das agências de veículos, lotação de ônibus, postos de gasolina, por que a gente não tem uma legislação que permita enquadrar esses presos?

E aí eu vou chegar ao ponto central. Nós tivemos a morte de um magistrado, um amigo meu, o Dr. Machado, vulgo Machadinho, em Presidente Prudente. Ele morreu na esquina da minha casa. Trabalhávamos juntos. Ele era o juiz da vara de execuções. E daquela época para cá as coisas mudaram muito. Num primeiro momento, nós conseguimos autorização de escuta telefônica, de busca domiciliar. Eu brinco que até no papel de pão, Deputado. Não, mas já mataram o nosso amigo, até no papel de pão, de boca. *“Não, precisa deixar de lado a legislação vigente.”* Não é isso. Mas precisamos entender que para combater organização criminosa a lei tem que ser diferente. Nós não podemos aplicar ao furtador a mesma lei que vamos aplicar ao líder, porque esses caras estão milionários. O senhor vá lá. Se o senhor ficar até o final de semana — eu sei que o senhor vai amanhã para a região — vai ver as visitas dos presos da P2, os carros que estão lá. As visitas dos líderes não vêm de ônibus. Se brincar, vão estar no mesmo voo do senhor. E no meu também, porque acho que nós vamos no mesmo voo. Então, essa é uma situação que precisa ser discutida, que precisa ser pensada.

Agora, indícios de participação em organização criminosa não são provas cabais. O que se está exigindo hoje em termos de RDD, Srs. Coordenadores, Srs. Diretores, Srs. Deputados, é prova cabal, prova plena. Vejam que se estabelece um contraditório para mandar um preso para o RDD que, às vezes, demora 1 ano, Dr. Lourival. O senhor vai conhecer a melhor penitenciária do País, que é o RDD de Presidente Bernardes. Eu não vi melhor. Conheço algumas federais, conheço várias estaduais. O RDD, em termos de segurança, para mim, é a melhor penitenciária do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas o banho de sol é com todo mundo junto?

O SR. LINCOLN GAKLYA - No RDD, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor falou de um presídio aí em que todo mundo vai lá e reverencia o Marcola.

O SR. LINCOLN GAKLYA - Não, essa é a Penitenciária 2. É que o Marcola, Deputado, não está em nenhum regime diferenciado. Era isso o que eu queria colocar. Ele está no regime normal. A administração penitenciária conseguiu um meio-termo para colocá-lo em uma penitenciária de segurança máxima, em que a gente tentou restringir o banho de sol, mas o Judiciário, é óbvio, tem atendido os pleitos. O que eu queria dizer para o senhor é o seguinte: o senhor não vai ter 30 presos no RDD. Hoje são 22. Por que são tão poucos presos? Porque é muito difícil colocar e manter um preso no RDD. Só para o senhor ter uma ideia, eu tive pedidos negados e recorri na semana passada, Dr. Lourival, quanto a essa questão do Cerol Fino, esses crimes violentos supostamente cometidos a mando do Lúifer. A juíza não o mandou para o RDD. Já são dois casos de assassinato dentro da cela. O preso que matou sabe que vai para o RDD. Está na conta dele. Ela não mandou. O outro matou a esposa, a amásia, e também não foi, porque se considerou que o castigo de 30 dias já estava suficiente. Isso tem repercussão dentro do sistema. O sujeito que faz isso precisa saber que vai ser encarcerado. O único medo que esse pessoal tem é do RDD; não tem mais medo nenhum.

Eu acho que me alonguei demais. Desculpem-me.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, foi muito bom. Amanhã nós vamos ter oportunidade de conversar com o Marcola, se o senhor não se incomodar. Já temos autorização judicial para tanto. Eu não sei nem o que perguntar para esse cara. Na última conversa que eu tive com ele eu disse: *“Olha, não vou fazer papel de bobo aqui.”* Disse tanto para ele quanto para o Fernandinho Beira-Mar. Os caras não respondem nada. Eles são muito inteligentes. Eu sei que a inteligência do Marcola é muito grande.

Se depois o senhor quiser fazer algum tipo de pergunta para saber a resposta dele, eu serei seu porta-voz lá, sem nenhum problema.



Eu gostaria de ouvi-lo mais, mas temos mais quatro pessoas dessa categoria tão sofrida que é a do sistema prisional. São 16h43min e nós vamos pedir brevidade.

Há algum questionamento para o Dr. Lincoln? *(Pausa.)* O Dr. Lincoln continua conosco.

Vou chamar o Sr. João Rinaldo Machado, Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo. *(Pausa.)*

Enquanto ele se dirige para cá, vou passar a palavra ao nosso Secretário, que terá que se ausentar. Acredito também que o nosso Secretário-Adjunto esteja com um compromisso.

O SR. LOURIVAL GOMES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ficamos muito honrados com a presença dos senhores aqui na Assembleia, dando-nos a oportunidade de falar sobre o sistema prisional.

Diante dessa fala do Dr. Lincoln, a proposta que eu faço para o senhor, para depois do meu encerramento, é que a internação no Regime Disciplinar Diferenciado seja ato do Secretário, não do juiz; que seja ato administrativo e não judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Que é quem conhece a periculosidade do preso. Essa é uma boa proposta.

O SR. LOURIVAL GOMES - Eu aproveito aqui para me despedir dos senhores. Eu fui a Brasília ontem e não fui à Secretaria, com também hoje. Amanhã pretendo estar em Presidente Prudente, porque há aquelas demandas naturais de uma Secretaria às quais só o Secretário pode dar encaminhamento. Não que ele seja o melhor, mas é por força da função.

Eu devo dizer para o senhor que o sistema penitenciário de São Paulo tem um monte de problemas, mas tem muita gente boa na busca da solução desses problemas. Se não fossem esses funcionários dedicados, tenha certeza o senhor de que o sistema prisional de São Paulo teria explodido há muito tempo.

Quero agradecer aos que me ouviram. Sei que nem sempre as minhas propostas ou as do Lincoln são as melhores. Eu peço desculpa aos Srs. Presidentes dos Sindicatos porque eu tenho que sair. Não é uma falta de consideração, mas, lamentavelmente, é a necessidade de eu ter que mexer com as minhas coisas lá.

Meu caro Presidente, a gente se vê amanhã, se Deus quiser. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Vai ser até bom, porque talvez o sindicato se solte mais sem a sua presença. *(Risos.)*

Com a palavra o Sr. João Rinaldo Machado.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Primeiramente, quero agradecer pelo convite para participar desta CPI, que, esperamos, realmente trará frutos, não só para a questão do sistema prisional, mas também para os trabalhadores do sistema.

Quero cumprimentar o Deputado Alberto Fraga, Presidente desta CPI, e, com isso, os demais Deputados.

Quero fazer um cumprimento especial ao Deputado Major Olimpio, que nesta Casa aqui sempre nos ajudou muito e agora, é claro, vai estender essa ajuda na Câmara dos Deputados.

Quero fazer um agradecimento também ao Secretário Lourival Gomes, que saiu agora, aos Coordenadores, aos demais componentes da Secretaria da Administração Penitenciária.

Quero fazer um cumprimento também aos colegas sindicalistas que estão presentes aqui e aos demais.

A CPI é muito importante. Nós estamos vendo a questão geral, do Brasil todo. Como Vice-Presidente da FENASPEN que estou, percebo esse problema, pois temos contato com os sindicatos de todo o País, de todos os Estados. Como foi dito na Mesa, o que muda é só o sotaque. Os problemas são os mesmos. E muda o tamanho do Estado, podendo o problema ser maior. Mas são os mesmos problemas que encontramos em São Paulo e nos demais Estados.

Já foi passada aqui pelo Secretário Lourival a questão da quantidade de pessoas presas e a quantidade de pessoas que são presas diariamente. Há um déficit de vagas muito grande no sistema prisional de São Paulo e há também a falta de funcionários no sistema. Os números da SAP dão conta de que deveríamos ter mais de 50 mil servidores na Secretaria, mas temos hoje 36 mil. Esse é um número oficial da SAP. Nós também contestamos isso porque contestamos inclusive o número de funcionários em algumas unidades prisionais. Estão faltando aproximadamente 30% de funcionários no sistema.

Também, como foi dito aqui, o sistema prisional de São Paulo, apesar de tudo isso, do excesso de presos, da falta de funcionários, da falta de um maior



investimento do Governo do Estado no sistema prisional, tem números muito bons, como foi dito quanto à questão de fugas, de rebeliões. Tudo isso é feito pelos trabalhadores do sistema prisional, desde os Coordenadores até o Secretário, que era um agente penitenciário, e principalmente pelos trabalhadores que estão dentro dos presídios, dentro das penitenciárias.

É claro que falar aqui que o PCC, a facção, não comanda dentro de uma penitenciária, dentro de um centro de detenção provisória seria mentira. Mas os funcionários têm, dentro do seu trabalho, feito a sua função, muitas vezes detectando tentativas de fuga e, às vezes, até crimes que vão ser realizados fora da unidade prisional. Consegue-se descobrir isso dentro do sistema prisional.

É exatamente por isto que os Sindicatos aqui presentes brigam: pela valorização do servidor penitenciário. O nosso trabalho é insalubre, perigoso, penoso, e muito estressante. Nós temos um alto índice de servidores de licença-saúde. Mesmo assim, conseguimos cumprir a nossa função.

Isso posto, quero até dizer que, quanto à questão da terceirização, PPP ou qualquer nome que se queira dar a isso, pelo menos aqui no Estado São Paulo nós temos mostrado que dá, sim, para o Governo do Estado tocar isso aí. Basta ter vontade política. Nós sabemos da dificuldade de se ter uma área para se construir um presídio. Nós temos Prefeituras que não querem presídio no local, mas temos muitos Prefeitos que querem. Eles têm o falso entendimento de que todas as vagas vão ser ocupadas por pessoas que moram na cidade e vão ficar ali os empregos. Mas existem muitas Prefeituras que querem uma penitenciária. Ela acaba gerando movimentação de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Você disse que acha possível a terceirização? Foi isso?

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Não, nós somos contra. O que nós dissemos é que, pelo menos aqui no Estado de São Paulo, no sistema prisional, apesar de todas as adversidades, nós conseguimos gerir e tocar as unidades prisionais, zerar o número de fugas, de rebeliões, e muito mais. A nossa grande reclamação — não só dos servidores, mas também do Sindicato — é com relação à questão dos investimentos.



A Secretaria da Administração Penitenciária talvez seja a Secretaria que mais cresceu no Governo do Estado de São Paulo em número de servidores e em valores, mas ela tem um orçamento muito apertado. É o orçamento do gasto anual. Muitas vezes, para se ter investimento, tem-se que tentar buscar o recurso junto ao Governo do Estado. A Secretaria não tem essa verba extra para fazer alguns investimentos que seriam necessários, como a reforma de unidades. Muitas vezes, é preciso esperar a Secretaria de Planejamento liberar uma verba para se reformar uma unidade prisional, porque ela não tem essa verba extra. Mesmo os salários...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é verba de custeio, não é? Reforma é investimento.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Mesmo nas campanhas salariais, quando nós conseguimos fechar algum índice, o Governo do Estado tem que mandar esse dinheiro para a Secretaria, porque ela também não tem essa verba já destinada para esse fim.

Quanto à questão da superlotação foi até boa, Dr. Lincoln; ela passou inclusive por essa questão do Judiciário, de que o Judiciário está sempre ali no trabalho, para não deixar preso aquele que tem o direito de sair. Nós temos uma visão diferenciada: a porta de entrada do sistema prisional é muito grande, enquanto a de saída é muito pequena.

Então, seria preciso fazer aqui um pedido para os Deputados: que os senhores olhem por esse lado, para a gente saber realmente se não teriam outras formas de agilizar alguns processos, para que a população carcerária ali possa diminuir com uma maior saída de presos do sistema, porque, na entrada, não haverá diminuição.

E nós chegamos à conclusão aqui de que o grande culpado é a polícia, pois a polícia trabalha, prende e vem muita gente para o sistema prisional. O problema é exatamente esse: quando o preso já está chegando ao final de cumprimento de sua pena ou da progressão, a gente sabe que há uma demora para ele sair. Talvez, lá na região de Venceslau isso não ocorra, mas em outros locais nós já tivemos muitos casos. Inclusive...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Perdoe-me a interrupção. Eu só queria anunciar a presença do Deputado Fausto Pinato, que é o nosso Sub-Relator para o tema relativo à terceirização nesta CPI.

Por favor, V.Sa. pode continuar.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Então, talvez fosse bom discutir essas formas para que a gente possa diminuir a quantidade de presos, no sentido daqueles que já poderiam estar na rua, para que houvesse uma facilidade maior, um empenho maior da Justiça, para que possam ser retiradas do sistema essas pessoas.

Bom, queria falar aqui também da Lei nº 15.552, de 2014, que é a lei que proíbe a revista íntima dentro dos presídios, a também chamada “revista vexatória”. Não só o sindicato, mas também a categoria é favorável a essa lei. Nós não somos contra o fim dessa revista. Se a visita que vai lá uma vez por semana se sente constrangida ao passar por essa revista, imaginem os funcionários que chegam a revistar 300 ou 400 visitantes, dependendo da unidade prisional... E que pensar sobre a funcionária ou o funcionário que estão lá tendo que ver a pessoa se despir. Talvez até seja um *modus operandi*, mas muitos vão lá sem o devido asseio, não tomam banho. É muito constrangedor também, principalmente para as funcionárias.

Mas a lei que foi sancionada pelo Governador coloca meios para substituir isso daí, entre eles, como vimos, um dos mais importantes é o *scanner* corporal. Já fizemos algumas reuniões com o Dr. Lourival, juntamente com os coordenadores, para discutir o assunto. Claro que existem problemas, pois a máquina é cara, são muitas unidades prisionais e seriam necessários mais de 400 aparelhos — comprados ou locados. Mas a situação não pode ficar do jeito que está, como nas unidades prisionais de Ipiratina, onde as visitas já estão entrando sem a revista íntima e não há os aparelhos de *scanner* corporal.

Todas as segundas-feiras as duas unidades ficam trancadas e temos que deslocar o Grupo de Intervenção Rápida — GIR e fazer uma *blitz*, o que já está causando inclusive um desgaste ali dos funcionários, porque o funcionário trabalha no final de semana, na segunda-feira, e alguns ainda têm que voltar na terça-feira. As *blitze* são feitas esporadicamente; ou seja, não são feitas em um período tão



curto. Então, dá para o funcionário se recuperar. Mas não é como está sendo feito agora, não.

E já temos algumas informações de que outras Defensorias Públicas do Estado de São Paulo irão requerer — e talvez requerer de uma forma única — que se estenda para todo o Estado, ou seja, que todas as unidades prisionais do Estado não realizem mais as revistas íntimas.

Vale lembrar que, quando essa lei foi sancionada, no primeiro final de semana, por ordem de Secretaria, não houve essa revista nas unidades prisionais. Houve um problema muito grande com os funcionários, porque eles ficaram sem saber o que a visita havia levado para dentro da unidade. E, na unidade de Valparaíso, houve uma denúncia de que ali havia entrado pólvora. Houve uma *blitz* para achá-la, ela estava dentro de uma parte interna da trave da quadra de futebol de salão e, quando o funcionário foi cortá-la, um artefato explodiu, atingindo o funcionário. Ele teve que ficar alguns dias internado, e nem sei se ele já retornou, deve estar afastado ainda.

Então, vejam o perigo que é não ter esse tipo de revista enquanto não tivermos os aparelhos. Corremos um risco. Primeiro, correm riscos os funcionários que trabalham nas unidades, mas os próprios presos e as visitas deles também. Todos correm risco ao não haver esse tipo de revista. Nós sabemos que existe muita gente que vai visitar ali seus parentes que estão presos, mas existem as pessoas que vão com má intenção, na tentativa de burlar a segurança, levar drogas.

Nós tínhamos os números que a Secretaria de Administração Penitenciária — SAP nos passou de visitantes que foram pegos com drogas em 2014. Inclusive um Defensor Público quis jogar a questão de drogas e celulares nas costas dos agentes penitenciários. Mas o número de visitantes pegos só com celulares é muito maior do que o número de agentes penitenciários nessa condição. Para cada agente penitenciário flagrado há quase mil visitantes.

Então, dá para ver que realmente é um meio. Existem outros meios, é claro, inclusive porque ocorre a entrada de muitos veículos dentro das unidades prisionais. Para um caminhão, por exemplo, demoraria de 1 hora a 1 hora e meia para se conseguir fazer uma boa revista. Não tem jeito, porque é muito entra-e-sai de viaturas e, aí, você seguraria todo o trânsito. Teria que haver outros meios de



fazê-lo. Mas o visitante mal-intencionado ou aquele que vai ali para isso ainda é o maior meio de entrada de objetos ilícitos dentro das unidades prisionais. Nós falamos isso devido ao grande número de visitantes que é pego ainda nas unidades. E cada vez eles vão tentando ser mais sofisticados.

Nós já tivemos um caso — que foi mostrado inclusive para nós — de aparelhos celulares menores do que um dedo. (*Mostra aparelho.*) Este aqui é um que vem da China. Mesmo se alguém passar com quatro deles na mão pelo detector de metais com o máximo de sensibilidade para apuração, ele não detecta, eles passam. Muitas vezes, quando o funcionário vai passar no detector, ele tem que tirar o cinto, o sapato — que tem um ferrinho embaixo —, pois o detector pega, inclusive pega às vezes pega o botão da calça. Mas quatro destes aqui o detector não pega. Nós já temos um material que vem da China, punhais — esqueci o nome do material — que cortam mais do que o inox na mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Porcelana.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - E ele pode passar, porque o detector não vai pegar. Então, o investimento de tecnologia que precisa o sistema prisional é muito grande, porque o crime, como disse o Promotor, não é cometido apenas por uma facção ali; ele já é bem maior do que isso. Só não conseguiram transformá-lo numa empresa perfeita, como foi dito aqui. Mas eles vão apostando na tecnologia.

E o sistema prisional fica sempre na dependência do trabalho do funcionário ali dentro, do trabalho dele em contato com outros detentos que acabam passando a ele as coisas novas. Uma vez que chega esse material e a gente descobre, elas acabam fazendo parte, na *blitz*, da observação do funcionário. Mas vão surgindo coisas novas. E a Secretaria de Estado tem que ter essa verba extra para que também possa concorrer com a facção criminosa dentro das unidades.

No mais, quero agradecer, e espero que esta CPI dê os frutos necessários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, João.

Dando continuidade...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Presidente, apenas para contribuir com o debate, foi feita uma observação de que nós temos até Municípios que se candidatam e querem presídios. Só para ficar registrado, nos foi falado pela manhã



que dentro da Grande São Paulo não existe mais disponibilidade de área, seja pela questão do meio ambiente, seja pelo zoneamento. Confere essa informação?

O SR. HUGO BERNI NETO - Não é permitida a construção de novas unidades na Grande São Paulo, a legislação não permite.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Só se permite na zona rural.

O SR. HUGO BERNI NETO - Sim, só se permite a construção afastada da Grande São Paulo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Bom, Presidente, é uma questão de legislação a construção de novas unidades só na zona rural.

O SR. HUGO BERNI NETO - Presídios, só na área rural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas nós vamos ter que mudar essa legislação. Eu acho que tem que ter um incentivo às Prefeituras. Na medida em que houver incentivo, eu acho que o Prefeito mudará de opinião.

Eu tenho brincado, mas é verdade: presídio é que nem sogra, ninguém quer por perto. (*Risos.*) Mas, se houver um bom incentivo e a pessoa tiver o entendimento de que trará emprego, etc., talvez a lei ajude.

Obrigado, João.

Com a palavra o Sr. Daniel Grandolfo, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDASP.

Peço aos expositores que se atenham aos 10 minutos ou, no máximo, aos 15 minutos, para que a gente possa fazer alguns questionamentos.

Antes, eu pergunto se o Hugo tem essa legislação disponível.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Presidente se refere à legislação sobre a construção de presídios só na área rural.

O SR. HUGO BERNI NETO - Está na LEP, Lei de Execução Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ah, é a própria LEP. Então, não é preciso.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então já vira problema nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu só peço ao nosso Secretário que anote isso aí. Depois nós vamos pegar esses dados da LEP sobre construção de presídios em áreas rurais.

Com a palavra o Sr. Daniel.



O SR. DANIEL GRANDOLFO - Bem, eu gostaria de agradecer a todos, ao Presidente e, em especial, ao Deputado Major Olímpio, nosso parceiro. Obrigado por ter-nos dado este espaço da CPI do Sistema Carcerário.

É muito importante este trabalho que está sendo feito porque vai expor alguns problemas que nós temos crônicos e drásticos no sistema penitenciário.

O Dr. Lincoln fez uma fala excepcional. Fiquei encantado, doutor, com a sua explanação. E, quando eu vejo uma explanação como a do senhor, eu tenho a convicção de que é impossível nós entregarmos nas mãos de empresas terceirizadas o sistema penitenciário, e não deixar o Estado dele cuidar.

Hoje o sistema penitenciário já está da forma em que se encontra e, como os senhores mesmo disseram, ele não é mais sob o combate de uma facção, mas de uma máfia. Eles só não conseguem ainda lavar dinheiro, tornar o dinheiro lícito, mas o restante já estão fazendo. E é uma empresa, como falou o Dr. Lincoln, que fatura mais de 2 milhões de reais por mês, só com tráfico de drogas dentro dos presídios. Talvez seja mais, muito mais! Esse faturamento é somente dentro dos presídios — só para vocês terem uma ideia do que nós estamos lidando. Há muito dinheiro. E vamos jogar o sistema penitenciário nas mãos de empresas privadas? Temos certeza de que nós vamos entregar nas mãos de empresas privadas e que não vai ser mais o Estado quem vai cuidar?

Eu volto a reforçar aqui: a segurança não pode sair da mão do Estado. A segurança, a escolta, enfim, jamais podemos entregar isso nas mãos de empresas terceirizadas. É como entregar segurança da nossa Nação a empresas terceirizadas. Jamais! Isso nós não podemos aceitar. É inadmissível. E o papel dos agentes de segurança penitenciária é a segurança dentro dos presídios. Esse é o nosso papel: dar segurança dentro dos presídios. E não é outro o nosso papel.

Podemos terceirizar, sim, a parte de psicólogos e outros setores dentro do presídio. Mas isso aí nós precisamos combater. Inclusive, precisamos de uma polícia penitenciária, como temos na Itália, em toda Europa, nos Estados Unidos e em países desenvolvidos, que saiba e que ajude a combater, dentro da unidade prisional, esses escritórios do crime organizado. Precisamos de uma polícia que, além de fazer a segurança das unidades prisionais, possa combater esses criminosos que estão atuando livremente dentro dos presídios.



Nós estamos vendo isso aí. Eu fiquei horrorizado com as falas do Dr. Lincoln aqui. Fiquei impressionado. E, hoje, não há ninguém para combater dentro do presídio, diretamente, o crime organizado. Precisamos, sim, dessa polícia penitenciária, uma polícia especializada, treinada, capacitada, que cuide da segurança da nossa Nação. São 220 mil presos somente no Estado de São Paulo, meus amigos! Vocês imaginem o risco que a sociedade está correndo... Temos que agir em defesa da sociedade, urgentemente. Isso é para já! Isso é para ontem! Não podemos demorar alguns anos, não. Precisamos combater o crime organizado já. O que vai ser de nós?

Em menos de 1 ano, seis companheiros foram executados pelo crime organizado, pelo PCC. Foram executados seis agentes penitenciários em menos de 1 ano. O último companheiro foi executado na segunda-feira na Penitenciária Franco da Rocha. Não foi tentativa de assalto — pelo amor de Deus! Eu ouvi alguns falarem que foi tentativa de assalto. Mas isso nos revolta — revolta a nós, agentes do sistema penitenciário. Ficou claro nas imagens. E quem viu o vídeo pôde constatar que foi execução. E ele foi executado simplesmente pelo fato de ser um agente penitenciário.

Imaginem como está a cabeça desses agentes penitenciários: vão trabalhar e sabem que, amanhã, um marginal desses, se souber que ele está na rua, em qualquer lugar, vai lá executá-lo...

Eu não tenho nem palavras para dizer o que ocorre com o Dr. Medina, porque eu sei da dor e do sacrifício que esse homem faz para se manter vivo. E ele está se mantendo vivo. Ele não tem carro blindado, não tem escolta. Eu sei que ele não tem. Não há nada para defendê-lo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Tem alguém, sim.

O SR. DANIEL GRANDOLFO - Ele tem somente Deus para ajudá-lo — e só. Cadê o Estado para ajudar esse homem no combate ao crime? Ele combate o crime organizado. Cadê o Estado? Eu quero saber. Eu quero que a CPI do Sistema Carcerário anote isso, pois precisamos proteger esses coordenadores, esses homens que estão na linha de frente. Eles precisam ter carro blindado e de segurança 24 horas por dia. Eles estão na frente do crime. Não basta só o porte de arma, como o Delegado afirmou. E devemos ter porte de arma. E quero dizer bem



claro para vocês aqui que o Estado não dá arma alguma para nenhum agente penitenciário do Estado de São Paulo se defender. Ele tem que comprar a arma para poder se defender. Quero deixar bem claro que essa é a realidade: ninguém está recebendo arma do Estado para poder se defender; nós temos que comprar, com recursos próprios, a arma para podermos nos defender.

Nós precisamos, sim, mudar muita coisa, muita coisa. Hoje eu estive em Itirapina, onde nós estamos vendo essa situação trágica em que as visitas estão adentrando as unidades prisionais sem passar por revista alguma, só passam pelo detector de metal — o nome já diz — detecta metal. Que mais que detector de metal detecta? Nada. Armas de plástico, simulacro não pega, explosivo plástico não pega, dinamite não pega. Eu quero deixar aqui um alerta e quero que registre — eu estou filmando, também vou registrar: preparem-se, estão espalhando essas sentenças em todo o Estado de São Paulo. Em breve, nós vamos ter uma catástrofe. O crime já se ligou que pode explodir as muralhas. Explosivos vão entrar nas penitenciárias. Nós vimos isso em Valparaíso. Vão explodir essas penitenciárias e fugir pelas portas da frente. Explosivos não são pegos em detectores de metal. Podem chamar qualquer um do GAECO — Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o pessoal que entende de explosivo, o GATE — Grupo de Ações Táticas Especiais, que eles vão dizer que nenhum tipo de explosivo é pego em detector de metal. Preparem-se, em breve, nós vamos ter um caos! Não está às mil maravilhas. O caos está próximo. “Ah, mas 2006 já foi, é coisa do passado.” Não, meus amigos, nós temos que olhar a história, aprender com o passado e nos preparar para o futuro.

A coisa não está fácil. Nós estamos sendo mortos dia a dia. Cada dia é um companheiro. Não sabemos qual é o próximo que vai morrer. Nós não sabemos. E aí, muitas vezes, a autoridade — “Ah, coitadinho, morreu! Ah, o Medina! Mas ele sabia dos riscos, bem feito para ele. Ninguém mandou, ele quis ser coordenador, problema é dele. Ah, o outro, mas sabia. Ninguém mandou querer ser agente penitenciário!” É mais ou menos assim que nós nos sentimos. É mais um. E eu vou ser sincero: quem deu suporte às famílias dos agentes que foram mortos foi o sindicato. Muitas não tinham dinheiro para comprar o caixão. O Estado não ajudou



em nada. Nós nos sentimos abandonados, muitas vezes, Presidente. Nós nos sentimos esquecidos pelo Estado. As ameaças são constantes.

Voltando à questão de Itirapina, quando eu estive lá, eu fui tentar no raio, e o coordenador, o Jean — acho que está aqui —, logo após as visitas saberem a forma que ia ser a revista, os presos cercaram o agente penitenciário, não encostaram nele, mas 500 presos cercaram o agente penitenciário, o apertaram, porque ele tentava passar no meio dos presos... Ele não sabia o que ia acontecer. Ele tremia como vara verde, um pai de família, no meio de 500 presos. Só ele, Deus e uma chave na mão, não havia ninguém para ajudá-lo.

Felizmente, as automações estão acontecendo. Nós temos que agradecer ao Secretário. Mas são apenas em 30 unidades prisionais do Estado. Nós temos 163 presídios no Estado de São Paulo. Foi um pedido de automação do SINDASP — Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de São Paulo. São 30 unidades apenas. E as outras? São, em média — fizemos um levantamento —, mais de 60 espancamentos de agentes penitenciários no Estado de São Paulo. Espancamentos! São danos irreparáveis. Quando o agente penitenciário é espancado, num pavilhão com 300, 400 presos, nunca mais ele se recupera. Nunca mais ele volta a ser uma pessoa normal. Eu conheço dezenas de companheiros que ficaram reféns em rebeliões, que foram espancados. Eu poderia trazer para a CPI quantos agentes penitenciários vocês quisessem. Muitos não vão nem conseguir falar aqui, Presidente, só vão chorar. A família deles está destruída. Eles jamais serão recuperados.

Temos muito que evoluir. Temos muito que crescer, muito que melhorar dentro do sistema penitenciário — confesso. Nós sabemos disso. Como Vice-Presidente da Federação, sei que o Estado de São Paulo está à frente, mas ainda precisa melhorar muito. Nós temos muito que aprender, muito que crescer. E eu acho que temos que começar já, com a Polícia Penal, com a PEC 308 e reconhecer que o papel da segurança dentro dos presídios jamais poderá ser terceirizado. Temos que fortalecer a segurança, fortalecer o combate ao crime organizado dentro dos presídios. Isso jamais poderá ser terceirizado. Terceirize-se tudo, menos a escolta, a muralha, a segurança das unidades, a revista, o combate ao crime organizado. Isso jamais poderá ser terceirizado.



Presidente, muito obrigado. Estou à disposição para responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Daniel.

Vamos fazer o bloco completo e depois passamos aos questionamentos.

Você poderia dizer qual o salário básico, inicial...

O SR. DANIEL GRANDOLFO - Médio, bruto, do agente penitenciário, salário médio: 3 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Vamos ouvir agora o Sr. Gilson Pimentel Barreto, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista. E, depois do Gilson, nós vamos ouvir o Sr. William Nunes de Araújo, Secretário-Geral e vamos encerrar.

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Boa tarde aos presentes. Boa tarde à Mesa. Cumprimento todos na pessoa do Presidente, Deputado Fraga. Em especial, boa tarde para o Major Olímpio.

Na minha contribuição, vou ratificar o que os meus colegas já falaram, porque são essas as demandas da categoria. O João Rinaldo explanou as dificuldades, o Daniel, também, bem colocou aqui... O que os sindicatos buscam junto ao Governo é a contratação maior de servidores, uma solução para a superlotação, a segurança nos presídios, bem como a segurança pessoal, sobre o que falamos: porte de armas. Essas questões já foram faladas, e não adianta ser repetitivo. Hoje, também, foi boa a participação, para nós sabermos de situações sobre as quais não temos conhecimento, como expôs o Dr. Lincoln. As entidades não têm as ferramentas que tem o Estado. Então, muita coisa nós pleiteamos, buscamos soluções junto ao Governo, ou o que entendemos ser solução para nós, servidores. Mas nós não temos as ferramentas que tem o Estado, e, às vezes, também não conseguimos informações.

Sobre a atuação do crime organizado, o PCC, principalmente aqui, no Estado de São Paulo, nós temos conhecimento, sabemos da gravidade dentro das unidades prisionais; agora, quanto à ao branqueamento das finanças, como colocou o Promotor, e o Daniel até já fez uma citação, nós somos contra a terceirização por entendermos que, de repente, pode ser uma porta para o branqueamento do dinheiro do crime organizado. O Promotor citou aqui que já existe isso no transporte



de ônibus, nos postos de combustíveis... Para mim, abrir empresas fantasmas e participar de um processo de privatização, de terceirização, isso, infelizmente, não é uma coisa tão difícil.

É a grande preocupação dos sindicatos e o porquê de eles se colocarem contra a terceirização. Não, talvez, por sermos corporativistas, como podem entender os Deputados, mas por defendermos, sim, que o Estado tem a obrigação de fazer a custódia, a construção e a administração dos presídios.

Também já foi falado aqui como viabilizar isso aí. O Secretário do Estado de São Paulo também citou as dificuldades, principalmente aqui na Capital. Mas não entendemos que a privatização, ou a terceirização, vai contribuir como o sistema penitenciário.

O Dr. Lincoln, na sua explanação, para mim principalmente, trouxe bastantes dados que não tínhamos. São dados que nós, a partir de agora, passamos a compartilhar e ter, junto à administração penitenciária, para buscar o que entendemos ser melhor para a categoria.

Com relação às propostas, nós do sindicato, no Estado de São Paulo, meses atrás, encaminhamos um ofício à Vara de Execuções reclamando da falta de funcionários. Por exemplo, o servidor tem que acompanhar presos de regime semiaberto a hospitais. Só que esses presos são monitorados e têm condições de sair com tornozeleiras. Entendemos que o preso do regime semiaberto não representa um potencial perigo, porque ele está na fase da ressocialização.

Então, encaminhamos esse ofício ao juiz de execução do Município, em que pedimos uma audiência, ou que ele deliberasse, através daquele ofício, a condução do preso do regime semiaberto ao hospital com a tornozeleira e sem a necessidade do funcionário. Por quê? Porque hoje as unidades têm um déficit muito grande de servidores, como já foi falado pelos colegas aqui, e, infelizmente, cada servidor que se ausenta torna essa unidade mais vulnerável. Ou seja, menos um servidor e a mesma quantidade de presos.

Para ilustrar, Deputado, a quantidade de funcionários por plantões, como se sabe, é de 20 ou 10, e os plantões da noite até com 8 servidores. Normalmente, tais situações acontecem no período noturno. Então, se o preso do regime...



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Se alguns dos coordenadores puderem colaborar, quanto seria o padrão normal da escala ideal, com essa diminuição, se o quadro estivesse completo?

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Aí, a gente tem que ver qual é o padrão. Uma resolução das Nações Unidas diz que tem que ser três presos para cada funcionário, três ou cinco presos, e isto é ilusão. As unidades têm em média 2 mil presos, e plantões com 20 funcionários durante o dia e plantões à noite com até oito servidores. Então, não dá nem para fazer proporção.

À busca de soluções, se o preso do regime semiaberto está em fase de ressocialização, se existe a tornozeleira eletrônica, que está prevista e é um meio que pode ser usado, sendo o hospital um ambiente estranho ainda ao servidor, esse preso poderia ir para lá com uma tornozeleira. É diferente do caso que foi falado pelo Promotor sobre o preso que seria levado ao hospital e havia lá uma previsão de resgate — a gente também está sujeito a isso. Às vezes, não se conhece o prontuário integral do preso que está no regime semiaberto, principalmente nos plantões.

São questões do sistema penitenciário em geral, tanto em São Paulo quanto em outro lugar do Brasil. O que os sindicatos buscam junto ao Governo e à administração são as reposições dos servidores, uma solução para a superlotação das unidades, a segurança. Infelizmente, colegas estão sendo executados, e nós não contamos com as ferramentas do Estado, ou seja, a Inteligência. O que a gente faz junto ao Governo é questionamento, é busca da solução.

Como contribuição, eu queria falar isso. Eu não quero ser repetitivo e ficar falando o que os outros colegas já falaram, ainda mais porque todos sabem quais são os problemas do sistema penitenciário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Gilson.

Com a palavra o nosso último convidado, Sr. Willian Nunes de Araújo, Secretário-Geral...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Enquanto ele se aproxima, Sr. Presidente, de acordo com o padrão da ONU que foi falado de um funcionário para cada três presos, seriam 70 mil funcionários.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu acho que o Gilson se equivocou, jamais poderia ser isso, ainda mais em presídios automatizados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ah? Cinco?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Cinco?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É muito mais do que policial. Policial é 150... Não, 300 por habitante.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - No padrão de cinco, deveríamos ter 42 mil funcionários? *(Pausa.)*

O SR. WILLIAM NUNES DE ARAÚJO - Boa tarde a todos. Eu sou William, sou Secretário-Geral do Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo.

Agradeço, desde já, o convite do Presidente da Comissão, Deputado Alberto Fraga, que nos recebeu em Brasília, e ao Deputado Major Olímpio, que também estendeu o convite ao sindicato.

Quero agradecer também ao Dr. Lincoln pela explanação feita, que trouxe algumas informações importantes, valorosas; e agradecer também ao meu Coordenador — eu sou daquela região, sou da AEVP ali da Região Oeste —, a todos os presentes, aos membros das Secretarias, aos Diretores, aos colegas da ALESP — Assembleia Legislativa de São Paulo.

Eu represento uma categoria no Estado de São Paulo, a mais jovem da segurança pública paulista. O Projeto AEVP, o Projeto de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, era um projeto de política pública de segurança que trazia para a Secretaria de Administração Penitenciária toda a responsabilidade sobre vigilância externa dos presídios e, posteriormente, escolta e custódia de presos.

Em um terço dos Estados brasileiros, a escolta e a vigilância externa do presídio são realizadas por agentes penitenciários; dois terços ficam a cargo da Polícia Militar dos Estados. Dentro desse um terço dos Estados, São Paulo e Espírito Santo são os únicos que têm uma categoria exclusiva para tratar os temas de vigilância externa e escolta de presos.



Eu vejo aqui a CPI com um objetivo muito claro: tentar entender o sistema prisional e apontar alguma diretriz, alguma solução. Eu tenho um desafio de não fazer daqui um muro das lamentações. As lamúrias, elas fazem parte do conhecimento, mas a lamúria sem uma solução, sem um caminho, não vai passar de desabafo.

Infelizmente, o Secretário teve que sair. Seria muito bom se ele estivesse aqui para elucidar alguns fatos. E dentre essas questões, eu lembro que, no início do encontro aqui, no início dos trabalhos da Comissão, o Deputado disse que, no sistema prisional, todos os Estados calçam 40. Eu vou um pouquinho além: eles calçam 40, mas o pé é 44, tem joanete e a unha está grande. Ou seja, está muito estreito o sistema prisional. Por quê? Porque ele é uma política de segurança tratada como uma subpolítica. Preso não dá voto. Preso não gera voto. Preso não gera IBOPE. Ao contrário, preso tira voto. Esta é a realidade. É por isso que o sistema prisional não é encarado de frente e com seriedade.

O Deputado disse que, na visão dele, o grande gargalo do sistema prisional está na gestão, e eu concordo, porque boa parte dos gestores — não generalizando, mas boa parte dos gestores — exercem cargos políticos, cargos de confiança. Eles não podem se comprometer com uma atitude mais veemente, concisa, uma atitude mais produtiva. Então, eles se reservam, por questão de interesse profissional particular. Diferente de outros países onde a carreira é estruturada, carreira com cargos e salários, aqui em São Paulo principalmente, o nosso Estado, as carreiras são todas cargos de confiança, indicativos. Isto é um problema sério.

Por que a Polícia Militar, uma instituição centenária, desenvolve um bom trabalho? Com todos os seus problemas, por que ela ainda é referência? Porque os cargos não são indicativos. Por que a Polícia Civil tem um avanço na qualidade dos serviços por ela prestados? Porque os cargos não são indicativos. Por que na administração penitenciária a coisa não evolui tanto? Porque os cargos são políticos. Cargo político corre o risco de não gerar comprometimento. E, quando aparece um ou outro comprometido, ele esbarra nas esferas superiores.

Eu quero trazer para os senhores hoje aqui algumas situações que deixam claro que o problema no sistema prisional não é só a estrutura física dos presídios,



não é só a Lei de Execução Penal, não é só a superlotação: é gestão, é planejamento. O sistema prisional está falindo por falta de planejamento.

Nós somos, como eu disse, a carreira mais jovem do Estado. Somos em torno de 5 mil agentes no Estado todo. Fomos criados em 2001. Dia 13, agora, nós fazemos 14 anos da criação da carreira. Esta Casa criou a carreira com a Lei nº 898, de 2001. Nós começamos a atividade substituindo a Polícia Militar nas muralhas, devolvendo 4 mil homens da PM para a rua. E recebemos essa missão — pasmem! —, jovens, desconhecidos de segurança, desconhecidos de armamento. Recebemos essa missão, lá em 2001, assumindo as muralhas nos presídios de São Paulo, sem colete à prova de balas, com armamento inadequado. Era um revólver calibre 38, que é a arma usada até hoje nas muralhas de São Paulo, e uma calibre 12. Isso se deu até há alguns meses, até quando houve uma tentativa de resgate em Tremembé e um dos nossos veio a óbito, porque estava sem colete. A partir dali, o Estado resolveu comprar colete. Este é o problema: a política penitenciária só é pensada depois que os fatos ocorrem.

Depois de 2006, começaram a rever o sistema de transferência, toda essa “arquitetação” para que o PCC não evoluísse. Hoje eu até fiquei contente com um fato: foi a primeira vez que eu vi a entidade pública de segurança pública do Estado de São Paulo reconhecendo a existência do PCC; porque, até então, eles negavam, sempre negaram. Esta nunca foi uma política do Governo do Estado de São Paulo: reconhecer a existência deles e detalhar a força que têm. Isso é subestimar o inimigo e é uma estratégia perigosa. No entanto, aqui em São Paulo — e acredito eu que seja no País todo —, essa política só vai sendo pensada depois que os fatos acontecem. Em 2006, gerou-se Presidente Venceslau.

Depois que as coisas acontecem, toma-se uma medida. A CPI — e o Deputado é do Maranhão —, ela toma uma proporção maior porque o presídio de Pedrinhas virou destaque. E, quando a gente pensa política penitenciária, ela já existia antes, mas toma proporção na sociedade com o fato.

Quando a gente pensa política penitenciária, a gente tem que pensar em conjunto. Outro exemplo do que aconteceu...

Em Brasília, no dia em que nós estivemos lá, Deputado, parece que houve um problema. Não conseguimos passar um vídeo. Houve um problema técnico. O



que relatava aquele vídeo? O cargo foi criado em 2001, agente de escolta e vigilância penitenciária. Assumimos as muralhas dos presídios. As muralhas foram assumidas. Havia cerca de... Havia informes de 120 fugas no Carandiru; eram 40 fugas, na outra semana, no Carandiru. Toda semana você tinha um noticiário de fuga. As fugas zeraram em São Paulo. Não foge mais preso em regime fechado, em São Paulo, pelas muralhas. Isso, mérito daqueles homens que estão lá nas muralhas com uma 38, com uma calibre 12, fazendo sacrifícios e agindo de forma subumana para controlar isso.

Só que nós estamos no ano de 2015 e, em fevereiro de 2014, instituiu-se a escolta no Estado de São Paulo. E, ao instituir a escola de presos com responsabilidade da SAP no Estado de São Paulo — transferiu da Polícia Militar para a SAP — houve outro problema, porque tiveram 12 anos para planejar e para estruturar. Não planejaram, não estruturaram. No dia seguinte, chegaram para o Dr. Hugo e transferiram essa responsabilidade para ele. Hoje ele é o Coordenador da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana — COREMETRO. É a única coordenadoria que tem a equipe de escolta trabalhando. Brincam, às vezes, que ele é aquele que vai descascar o abacaxi, e o Medina é o que vai tomar o suco, porque o Medina é o último a receber a escolta. Vai chegar redondo lá! Então, tudo que tiver de dificuldade na implementação do projeto vai acontecer ali.

E onde fica a prova da falta de planejamento, caro Deputado? Contrataram-se 800 homens para fazer escolta de preso. A SAP faria somente o transporte dos presos. Pegaria o preso na unidade prisional e o levaria até o fórum. Houve um entendimento entre SAP e Secretaria de Segurança Pública. No outro dia, a Segurança Pública disse: *“Olha, custódia de preso nós não fazemos mais”*. E a SAP teve que abraçar a custódia de preso sem ter funcionário, sem ter efetivo, sem ter armamento, sem ter treinamento. Necessitava uma contratação de mais 400 homens, no mínimo. Isso não aconteceu.

E o que acontece hoje? Esses homens entram às 6 horas da manhã e deixam as viaturas na base por volta das 11 horas da noite. Agora, o senhor sabe como é transportar... o risco que correm os presos e a sociedade civil, ao terem ali agentes trabalhando cerca de 17 horas por dia, pilotando viaturas em alta velocidade? E tudo isso por falta de planejamento.



Hoje nós entregamos... Nós tentamos viabilizar essas questões, por quê? O Dr. Hugo, ali na unidade feminina de Santana, tem 800 homens que hoje estão numa área de construção, num barracão. E esse barracão não tem condições sanitárias, não tem condições de logística e nem de armazenamento para locar aqueles homens naquele local. E isso só aconteceu, eles só estão nesse barracão porque o Dr. Hugo ainda os tirou de um sótão de unidade, que era da Penitenciária Feminina de Santana, e encontrou esse barracão desativado. E colocou-os lá. Eles estão lá sem treinamento adequado. Eles dirigem aquelas viaturas, e — pasmem! — o curso deles foi de um dia de aula teórica e 14 minutos de aula prática para pilotar viatura. Nunca, nunca isso poderia ter acontecido!

Eu quero fazer uma ressalva, porque eu não quero tomar muito tempo. Esses homens precisam imediatamente de uma estrutura adequada, regularizar a jornada de trabalho. Ninguém pode trabalhar armado e poder responder pelos seus atos depois de trabalhar 17 horas em um serviço de alta tensão. Esses homens precisam, sim, de acautelamento.

Deputado Major Olímpio, a sua pergunta foi muito própria ao Secretário — aliás, foi ao Medina —, sobre acautelamento. Em fevereiro deste ano, publicou-se a Resolução SAP nº 41/2015, que acautela arma para os agentes de escolta e vigilância penitenciária, em fases, iniciando pelos que trabalham em fórum. Mas sabe por que isso foi feito? Porque havia uma denúncia de resgate de armas que transitavam todos os dias no Estado de São Paulo, e o PCC tinha um plano para resgatar essas armas. Nós tivemos que levar isso a público, à mídia, para que a medida fosse tomada. Acautelou-se, sim. Tem agente de escolta e vigilância penitenciária — AEVP que tem arma do Estado. Sabe quantos? Em torno de 75, se eu não me engano. É isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAM NUNES DE ARAÚJO - Cento e sete. Sabem quantos nós somos? Cinco mil. São 5 mil homens que trabalham fardados, armados. Somos a força armada da SAP, mas, quando saímos do trabalho, somos alvo fácil do PCC. Eu nunca vi um setor da segurança pública na Federação que trabalhasse armado e depois tivesse que se desarmar!



Eu quero agradecer a participação e a abertura, porque, apesar de sermos uma categoria ainda pequena, nós queremos acertar e nós queremos legalizar a situação. Um fato muito importante que acontece na escolta de preso em São Paulo: esses homens que fazem a escolta de presos — de quem me orgulho muito, porque estão há 1 ano fazendo essa escolta e não fugiu nenhum preso — estão lotados ali. Transferiu-se a escolta, criou-se a legislação para fazer a escolta, criou-se o acordo entre as Secretarias para a SAP assumir a escolta, só que não há comando direto na escolta. O Dr. Hugo está aqui, é coordenador. Se perguntarem a ele: *“Dr. Hugo, hoje, no polo da escolta na unidade feminina de Santana, quantos diretores oficiais o senhor tem?”*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAM NUNES DE ARAÚJO - Eles fazem a escolta e não têm cargos de comando há 1 ano. Isso é algo urgente. É a prova de que política penitenciária tem que ser planejada.

Eu agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu que agradeço. É um relato da situação em que se encontram os agentes. E eu tenho dito que, dentro do nosso entendimento, se há uma coisa com que nós temos que nos preocupar e tentar dar um formato melhor, com valorização e com condições de trabalho, são os agentes penitenciários. Não existe a menor possibilidade de prosseguirmos com qualquer tipo de ação para a melhoria do sistema prisional se não estiver atrelada aos agentes penitenciários. Não somente em São Paulo, porque eu acho que em São Paulo tem servidores públicos do sistema, agentes penitenciários. E eu defendo uma categoria única voltada para o trabalho do sistema prisional.

Há lugares neste País em que quem cuida dos presos é uma empresa de vigilância. Em Alagoas, eu me deparei com uma empresa de serviço de limpeza, que era quem cuidava lá dos caras. E aí você vai exigir o que também das pessoas? Se se cobra uma... Então, não tem o menor fundamento.

Bem, senhores, nós estamos chegando ao final. Antes de encerrar, eu quero agradecer ao Deputado Delegado Olim, Presidente da Comissão de Segurança Pública, também um operador que, durante muitos anos, trabalhou nas ruas desta cidade como operador de segurança pública e sabe também dos problemas que



todos nós enfrentamos. O Major Olimpio, nem preciso dizer. O Major Rocha, lá no Acre, teve a experiência também na parte de... Já foi até Diretor de um presídio lá. E eu, Coronel de polícia também, já com quatro mandatos de Deputado Federal, acho que o País deve resolver essa questão do sistema prisional sob a certeza de que, daqui a alguns anos, na proporção em que está crescendo a população carcerária... Desculpe-me a plateia, mas acho que o PT escolheu o País. Em 2002, Delegado, nós tínhamos 222 mil presos, era a população carcerária do Brasil, que é hoje a de São Paulo: 222 mil presos! Pois bem, isso em 2002. Em 2003, assume o Governo Lula. A população carcerária saltou de 222 mil presos para 308 mil presos! Em 2004, 348 mil presos! Em 2005, 360 mil presos! E por aí vamos. E, em 2015, seiscentos e poucos mil presos, sem contar os provisórios. Hoje, a população carcerária do nosso País chega a mais de 700 mil presos! E os senhores cuidam de mais de 37% da população carcerária do Brasil.

Enquanto os governantes não se debruçarem sobre esse assunto — é só seguir essa reta aí, essa curva de crescimento —, vão ver o que vai acontecer. E eu só vejo uma culpa. Faltou o quê? Políticas públicas. Faltou o quê? O que o William acabou de dizer aqui: planejamento, vontade política. Vejam a proporção, gente! Lembram aquela música da Seleção que dizia: *“Noventa milhões em ação...”*? Lembram? Tem muita gente nova aqui, mas muita gente lembra. Eram 90 milhões, em 1970, e tínhamos 23 mil presos. Eram 23 mil presos! É só fazer uma regrinha aí, e vocês vão ver como é que vai ser. Então, é lamentável a gente estar do jeito que está.

Antes de encerrar, pergunto se querem fazer uso da palavra.

Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, quero só agradecer a todos a presença, agradecer aqui ao Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa de São Paulo, o Deputado Delegado Olim, agradecer aos agentes penitenciários, aos profissionais do sistema penitenciário de São Paulo, agradecer ao Dr. Roberto Medina e parabenizá-lo pelo trabalho, agradecer e parabenizar também o Dr. Lincoln, do GAECO aqui de São Paulo, pelo trabalho que vem desenvolvendo.



Eu acho que nós da CPI temos a oportunidade de ter uma visão do conjunto do sistema prisional do Brasil, um verdadeiro raio X do que é o sistema prisional brasileiro. E temos um desafio muito grande: ouvir as sugestões, as ideias, todas no sentido de melhorar o que nós temos aí no sistema prisional. Eu acho que vai até mais além: tentar, com as nossas forças, com a soma de sugestões e contribuições dos trabalhadores do sistema prisional, do Ministério Público, das diversas entidades da sociedade brasileira, propor um novo modelo. Eu sei que não é fácil, mas acho que este seria o grande desafio da CPI: propor um novo modelo para o sistema penal brasileiro. Um sistema que deveria não ser só retributivo — não só pagar o mal com o mal —, mas que deveria também ressocializar de fato e de direito, o que nós, na verdade, não temos. O próprio Ministro da Justiça disse que o sistema prisional brasileiro é medieval. Isso é o reconhecimento da falência.

E vou associar-me ao nosso Presidente, o Deputado Alberto Fraga, quando disse que falta gestão. É difícil ver um Governo Federal com 2 bilhões guardados no Fundo Penitenciário Nacional — FUNPEN, enquanto os Estados não têm um raio X, enquanto os diversos Estados não têm a mínima estrutura física. Não estou dizendo que esses 2 bilhões resolveriam o problema do sistema penitenciário do Brasil, mas falta gestão, porque tem 2 bilhões lá guardados que poderiam ter sido investidos em São Paulo, no meu Estado, o Acre, que tem a maior população carcerária proporcional do Brasil — é bom que se diga —, faz fronteira com dois países que são os maiores produtores de cocaína do mundo, o Peru e a Bolívia. E poderia ser investido para minimizar o problema que os colegas da CPI viram em Pedrinhas. Então, falta gestão, sim.

Mas acredito que esta CPI, com a participação dos profissionais de segurança pública que nós temos hoje na Câmara Federal, o Deputado Alberto Fraga, o Deputado Major Olimpio, a quem eu quero aqui fazer o reconhecimento do trabalho em prol dos servidores da Segurança Pública, o Deputado Alberto Fraga também é outro lutador, o Deputado Fausto Pinato, que está conosco também na Comissão de Segurança. Acredito que nós podemos, sim, dar a nossa contribuição, para, se não apresentar esse modelo novo, que seria para a gente o grande desafio, tentar propor soluções e propor mecanismos para melhorar o que nós temos.



Então, eu queria agradecer a todos e dizer — acho que o Presidente vai encerrar — que nós precisamos da colaboração de todos, para tentar mudar o sistema que nós temos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado Rocha.

Quero também passar a palavra ao nosso Presidente da Comissão, o Delegado Olim.

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - A maioria dos senhores aqui são de São Paulo. Os senhores que quiserem vir aqui, o Presidente aí, para a gente conversar sobre o que vai chegar para a Assembleia, decidir sobre o que ele falou há pouco de um projeto, que deve vir para cá. Tragam para nós, para a gente ver se ajuda a fazer essa criação de cargos. Podem contar comigo. Aqui é a Casa do povo, a Casa do funcionário público, a Casa do policial, a Casa de todos.

Agradeço ao senhor, Deputado. Parabéns pela iniciativa! Acho que São Paulo ainda é um exemplo de presídios, por esses homens que trabalham. Mas o senhor vê por aí a pobreza e o que também um preso sofre. Acho que dignidade é para todos, inclusive para o preso.

Muito obrigado. E contem comigo aqui na Comissão de Segurança Pública.

Todo dia eu recebo do Major Olimpio, pelo Facebook, informações do que ele está fazendo, inclusive onde ele anda. Sei mais dele do que até da minha própria esposa — podem ter certeza, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - *(Riso.)*

O SR. COORDENADOR (Delegado Olim) - Então, os senhores têm aqui uma porta. Agradeço a todos; ao doutor, que deu uma aula aqui sobre o PCC. Parabéns! Eu acho que vou precisar do senhor aqui na parte de telefonia, que vai ajudá-lo também. Agradeço aos colegas Deputados. Os senhores tenham a certeza de que aqui é a Casa dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Delegado.

Antes de passar a palavra, eu até queria dizer exatamente isto: independente do que eu ouvi aqui, já valeu a pena. Mas, em especial, eu gostei muito do que ouvi aqui da palestra do Dr. Lincoln. Realmente é de estarrecer, mas pelo menos a gente



sabe que tem alguém trabalhando quanto a isso. Eu ouvi alguns críticos dizerem bem assim: “Olha, o PCC é quem manda lá em São Paulo”. E eu vim para cá com essa impressão. Com os dados levantados, com esse monitoramento, se o Estado não agir é porque não quer agir.

Então, eu fiquei muito feliz, Dr. Lincoln. E nós vamos pedir a sua requisição, pelo menos uns 15 dias, para nos dar alguma luz, principalmente com relação ao PCC. E o Major Olimpio é o Sub-Relator que vai tratar exatamente da questão do PCC.

Antes de encerrar, eu passo também a palavra ao Pinato; depois, ao Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente Fraga, colega Deputado Federal Rocha, Major Olimpio, todos os convidados, eu quero aqui, em nome do Dr. Olim, que nos recebe aqui em sua Casa de Leis, agradecer pela oportunidade e dizer que é uma satisfação estar participando desta CPI. A gente vem aprendendo e descobrindo muitas coisas. Cada um vai para um lado, e a gente vem trocando informações. E quero falar de alguns pontos que defendo, principalmente na minha relatoria.

Eu acho um absurdo as penitenciárias não terem hoje uma gestão compartilhada, uma questão de inteligência. Eu acho isso um absurdo! Nós estivemos lá com o pessoal do FUNPEN — Fundo Penitenciário Nacional, Presidente, e percebemos que não há uma interligação. Eu acho que seria muito importante a interligação dessa inteligência, até porque se poderiam evitar várias prisões. Eu ouvi o colega aqui; aliás, nós já debatemos lá em Brasília.

Eu quero dizer que, na verdade, a palavra terceirização é uma palavra muito forte. Nós estamos estudando a questão de uma gestão compartilhada, que também não vai afetar 100%. Essa gestão compartilhada poderá afetar até 20%. E, quando vocês reclamam, reclamam com razão, porque, na verdade, a política salarial, segurança, valorização do profissional, enfim, eu acho que isso é que machuca muito. Agora, eu queria dizer uma coisa: se a gente for fazer essa comparação, eu poderia dizer a vocês que o SUS deveria dar conta do recado. E, na verdade, quem está dando conta do recado são os planos de saúde, não por culpa dos funcionários



do SUS, mas por culpa do Estado. E a nossa função como Deputado Federal — penso assim — é, na verdade, tentar achar uma solução.

E vocês até me desculpem. Nós estamos todos cansados, quando nós tivemos uma queda de braço violenta lá. O Major, então, quase morreu infartado lá, enfrentando molecada, fumada, bebedeira, na questão da redução da maioria penal, onde travamos uma batalha enorme. E posso dizer que todos os que estão nesta Mesa foram os grandes precursores dessa luta, que não foi fácil. (*Palmas.*)

Eu queria aqui fazer um agradecimento especial ao Eduardo Cunha. Muitos falaram que ele atropelou o Regimento. Mas foi um empurrãozinho contra aqueles que vêm atropelando a segurança pública do nosso País, com a falta de transparência, com os volumes de corrupção. Eu acho que, entre a vontade de 90% da população brasileira e contra uma minoria, que hoje está praticamente derrotada, venceu a sociedade, vencemos todos nós. E nós tentamos fazer a nossa parte.

Eu costumo dizer que o Estado não consegue proteger nem seus homens, que são vocês; ele não consegue proteger vocês. O Estado não consegue proteger aqueles que deveriam nos proteger. Então, eu não queria que vocês nos vissem, muitas vezes, principalmente porque eu estou com essa relatoria, como um vilão ou uma pessoa que vai tirar espaço. Pelo contrário, hoje é o momento de todo mundo dar um passo para trás. Nós precisamos dar, para passar a maioria. Por mim, passava com 12 anos. Mas não estamos preparados. Então, vamos evoluir. Nós estamos numa fase, pessoal, em que o País está batendo no fundo do poço. E quando bate no fundo do poço, para reerguer cada um tem que se equalizar um pouquinho. Mas acredito no meu País.

Quando vejo a questão do sistema carcerário... Eu cheguei a fazer uma brincadeira lá, viu, Olim. O PSDB queria recuar, teve um boato, e eu falei assim: “Quando o Caprichoso e o Garantido se juntam, alguma coisa tem: é impacto financeiro”, que são o PT e o PSDB. Na verdade, eles não estudam a questão real da causa, mas sim o impacto financeiro. Ou seja, como você disse, presídio não dá voto. Não dá voto, mas eu acredito que a maior arma do combate à segurança do nosso País tem que ser dentro do presídio. Porque o presídio hoje sem estrutura virou quartel general para comandar o crime organizado lá fora. Vocês têm uma importância fundamental. A carreira de vocês, eu defendo, deveria ser valorizada,



sim; a polícia penal, com valorização salarial. Porque não é fácil ficar com preso todo dia, não. É igual quando se fala que não pode matar onça. Mas como não pode matar onça? Pode-se até matar uma pessoa em legítima defesa, não vai matar uma onça, Major Olimpio, se tiver em volta do quintal? Não é fácil!

Então, nós vimos discutindo isso com muita transparência. Eu vi a questão dos explosivos. Eu não sabia disso, é uma coisa nova o que o colega disse.

Quero dizer o seguinte, Deputado Fraga: desde quando eu cheguei à Casa, você é um grande lutador da segurança, e nós vamos lutando. Lá é o seguinte: a nossa CPI, se não é esse homem aqui e o Major Olimpio — eu estou meio novo, estou aprendendo com eles —, ninguém quer saber, não, porque não dá ibope; não dá ibope e é perigoso. Mas estou aprendendo com esses homens aqui. Eu tenho a certeza de que, se tivéssemos um trabalho de inteligência entre as penitenciárias em todo o Brasil, evitaríamos praticamente 55%, segundo estatísticas, de crimes que são comandados de dentro delas.

Então, eu sou uma pessoa muito transparente. Eu poderia vir aqui e falar: “Não!...” Eu vou ser bem sincero, estou muito tendencioso na questão da gestão compartilhada, mas com limite máximo de 20% por Estado. Eu acho que nós temos que aprovar, agora sempre o comando é do Estado, sabendo dividir o espaço e aproveitar os profissionais que nós temos. Aliás, a direção do presídio sempre deve ser por um profissional de carreira. Nós temos só que tentar achar um meio termo, por quê? Porque o Estado não está preocupado; o Estado não está preocupado com o agente penitenciário, não está preocupado com o preso. A gente sabe também que existem muitos presos perigosos, mas existem também muitos presos que não conseguem cumprir sua pena com dignidade. Então, é um problema muito sério.

Eu queria parabenizar vocês. Os meninos já estiveram em Brasília, nós os ouvimos bastante. Nós vamos tentar construir um relatório, Major Olimpio, em que não desprezemos o profissional que tanto luta por espaço, mas vamos tentar também buscar a PPP. Imagine só se passasse a maioria penal e começasse a valer hoje, não teria condições! Se nós não buscarmos a parceria público-privada, não teremos condições nem de ter presídios. Mas contem conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Na sequência, vamos ouvir o nosso Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente; Deputado Rocha, nosso irmão policial e Deputado pelo Acre; Pinato; Medina; Dr. Lincoln; todos os profissionais do sistema prisional; Deputado Delegado Olim, a quem eu faço questão de dizer que, no primeiro momento em que eu falei da vinda da CPI, o seu espírito policial disse: *“Eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, é um tema fundamental de segurança pública, e nós estaremos juntos nessa jornada”*. Quero te agradecer de público. A assembleia está em recesso, o Olim está aqui com a Roberta e o Márcio, que eram da minha assessoria e estão apoiando o evento, integralmente. A Carla é assessora do Coronel Telhada, que também, ao ser instado, estimulado pelo próprio Olim, num evento em que estávamos juntos, disse que estaria aqui conosco. Só que, muito embora esteja de recesso, também tem uma agenda, e não veio só para dizer: *“Eu estou lá, mas não é por causa disso”*. Não! Então, Carla transmita ao Telhada o nosso agradecimento e até a nossa torcida, para que, se puder, esteja conosco amanhã no oeste.

Quero dizer, Deputado Fraga, que nós estamos, desde os primeiros minutos da chegada em São Paulo, aprendendo muita coisa, que vamos tentar sedimentar. Nós estamos com esses olhos de quem cumpriu uma jornada de uísque e balada, mas, na verdade, estávamos até 1h30min da manhã no Plenário. Depois, foi o tempo de fazer a mala e, às 4h45min, estávamos no aeroporto, mas com a maior satisfação do mundo. O objetivo da CPI não é fazer política partidária. Como eu sempre digo, em relação à segurança, nós nunca torcemos por jacaré em filme de Tarzan; nós torcemos para que o Tarzan saia da água nadando, sem o jacaré pegá-lo. E a gente sabe exatamente a força que os 37 mil, do mais jovem ao Lourival, fazem para tentar fazer o jacaré sair andando.

Fizemos questão absoluta de ter a participação das autoridades, que estão interagindo dentro desse processo, e também dos representantes sindicais, para buscar soluções. Sobre o resultado a CPI, e eu digo para aqueles que não tiveram o privilégio que eu tenho de conhecer mais proximamente o Deputado Alberto Fraga, ele é nosso grande líder, também, como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Essa Frente está impulsionando uma nova realidade da



segurança no nosso País. Esta CPI é um dos caminhos para que isso aconteça. Nós vimos a realidade, a superlotação. Nós chegamos a um ponto que, se nós temos 30 indivíduos numa cela, onde deveria ter 12, lamentavelmente temos que fazer a opção. Quem ficou à margem da sociedade tem que ficar segregado, sim; e eu não o quero na rua da minha casa, eu não o quero dentro da minha casa, eu não vou levá-lo para casa. *(Risos.)* Então, por mais que... Muitas vezes, eu digo isso com absoluta tranquilidade, há muitas sugestões apresentadas... E as realidades da Lei de Execuções Penais, que os senhores vivem e nos dizem: *“Está aí, nós estamos buscando justamente isso”*, onde é que tem de modificar a legislação?

Assim como o Dr. Lincoln falava a respeito da lei do crime organizado e das alterações, que são mais do que pertinentes para dar instrumentos a quem está protegendo a sociedade, alterações na Lei de Execuções Policiais, na política penitenciária... porque, dizendo aos senhores, são profissionais.

Ao ouvirmos o Departamento Penitenciário Nacional: *“Opa, aqui com a gente é perfeito! Nós temos quatro presídios, vamos inaugurar mais um, e nós temos uma superpopulação carcerária de 492 presos; o preso nosso aqui custa só 9 mil reais para a União”*, então nós estamos falando em cenários diversos e jogando a responsabilidade...

Não está aqui o Secretário, mas eu lhe dizia pela manhã, ao ouvir o Renato, do DEPEN, que os Estados não fazem projetos adequados ou o fazem de forma equivocada, por isso não obtêm recursos do Fundo Penitenciário. E é bom a gente estar aqui exatamente e ver uma realidade. Por que nós não fazemos mais presídios na grande São Paulo? Se me mostrarem, onde há terreno, já é um bom começo. Público, privado, parceria, cogestão, seja o que for. Ou vocês mudam a lei ou essa conversa não tem como prosperar.

Ao ouvir o Dr. Lincoln, fica uma certeza inequívoca da capacidade e do esforço pessoal. O esforço pessoal nós temos que transformar em política institucional, em política de Estado, e, muitas vezes — já vimos pressões sobre o trabalho realizado pelo Lincoln e pela SAP — Secretaria da Administração Penitenciária —, temos a obrigação de dizer, como representantes parlamentares: se não querem ajudar a carregar o piano, pelo menos saiam de cima, porem de



fazer peso. Lamentavelmente, ele teve um Procurador-Geral da Justiça... Ele não vai dizer isso por questão ética, mas eu digo: foi fazer peso.

Então, a gente tem uma expectativa muito grande de que possa impulsionar através da CPI. O Deputado Alberto Fraga está se desdobrando e se deslocando a todos os pontos do País. A gente tenta acompanhar onde é possível, para tentar ter uma radiografia e apresentar propostas que sejam verdadeiramente exequíveis.

Amanhã, Medina, nós estaremos lá na região. E quando se fala, muitas vezes, de CPI, falam: *“Nossa, vem alguém aqui para tentar desfazer o que nós estamos fazendo”*. Não! É o contrário. Nós queremos ver o que está sendo feito e tentar ampliar, tentar buscar apoio, tentar buscar esforços, dizer aos representantes sindicais que a preocupação de que participem efetivamente manifestando-se e propondo numa Comissão Parlamentar de Inquérito não é para provocar antagonismo com a administração, não; ao contrário, é sinergia de esforços.

Os sindicatos estão falando em Itirapina — eu conversava com o coordenador da região —, essa é uma circunstância simplesmente de decisão judicial. O mesmo esforço que faz o sindicato hoje faz a administração penitenciária para recorrer de uma decisão judicial equivocada, que coloca pessoas, vidas e a sociedade em risco.

Então, Deputado Alberto Fraga, o meu agradecimento por ter sido convidado por V.Exa. para compor esta CPI. Quero dizer aos senhores que o nosso trabalho e a nossa proximidade ficarão muito maiores agora, porque nós vamos entrar, já no próximo mês, nos encaminhamentos para a relatoria de propostas. E, da mesma forma, continuamos mais do que abertos, a Secretaria da CPI, os assessores, nós Parlamentares que compomos a CPI, para que, com toda a celeridade, possa ser encaminhado, possa ser debatido, possa ser contrariado, para que a gente possa fazer alguma coisa decente, de fato, para o nosso País, para a nossa segurança e para os senhores.

Quero dizer que há muitos preconceitos, e o Deputado Alberto Fraga é um dos que está quebrando esses preconceitos com a gente lá. Nós temos uma PEC, a PEC 308, que estabelece a polícia penal, e era um desaforo até para as forças de segurança se falar nisso. E hoje já se discute abertamente quando é que vai ser pautada e quando é que vai ser votada. E, quando se discute já a polícia de ciclo completo, fala-se na polícia de ciclo completo para que as infrações, os delitos, no



sistema prisional, sejam apurados pela futura polícia penal. Isso é evolução que vai nascer, sim.

Então, o meu agradecimento a todos. Obrigado pela confiança, Deputado Alberto Fraga. E temos muito trabalho pela frente. O Fraga já está fazendo todas as gestões para que a CPI se estenda por um período maior, para que S.Exa. e os membros que o acompanham possam, se possível, estar em todos os Estados brasileiros. Mas estar em São Paulo é estar com 37% da população carcerária do País. E os senhores não são parte do problema, os senhores são parte da solução, e nós vamos ajudar a implementar essa solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, senhores, fica...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, só pra corrigir um ato falho meu, queria também aproveitar e incluir na lista de agradecimentos os servidores da Câmara Federal que estão nos acompanhando nesta missão. Eu queria aqui fazer um registro de agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não tinha esquecido, não. Eu estou olhando a cara de sono da nossa taquígrafa ali. Elas que aguentam, dormiram também 2 horas. Mas foi bem lembrado. A gente agradece aos nossos assessores, ao pessoal que dá suporte pra gente. Vocês falam: "*Não estão anotando*". Ali está sendo gravado, está sendo anotado, taquigrafado, não escapa nada aqui. É por isso que eu falo: é melhor falar ao microfone, porque fica tudo gravado.

Bem, senhores, diante dos agradecimentos, mais uma vez agradeço.

O senhor quer falar alguma coisa, Dr. Lincoln?

O SR. LINCOLN GAKLYA - Eu queria agradecer o convite e, mais uma vez, colocar-me à disposição da Comissão, viu, Deputado? E, também, Deputado Delegado Olim, o que for necessário, dentro do Estado aqui, a gente está à disposição. Só isso.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, senhores, nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, agradecendo, mais uma vez, a acolhida da Assembleia Legislativa de São Paulo, na pessoa do Deputado Delegado Olim.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)